



HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (1.4)

Pe. Daniel Antonio de Carvalho Ribeiro, scj

1.4 História das Religiões

O estudo da história das religiões é fundamental para compreendermos melhor a dimensão mais profunda da experiência humana: a busca pelo transcendente. Desde os mais antigos sinais da civilização, a humanidade tem demonstrado uma inclinação inata para o sagrado, manifestando a sua crença em Deus ou em forças divinas que moldaram culturas, inspiraram civilizações e forneceram respostas às grandes questões da existência. A seguir, teremos uma visão geral dessa jornada milenar, abordando a universalidade da religiosidade humana e as diferentes concepções do divino (panteísmo, politeísmo e monoteísmo). Para isso, aprofundaremos as grandes tradições religiosas, como o hinduísmo, o budismo, o judaísmo e o islamismo, dedicando especial atenção à trajetória do cristianismo e da Igreja Católica, desde a sua fundação por Jesus, passando pela sua consolidação e formação doutrinária por meio dos concílios ecumênicos até aos momentos cruciais de divisão da cristandade (Grande Cisma de 1054 e Reforma Protestante de 1517). Finalmente, analisaremos a resposta da Igreja de Cristo aos desafios da modernidade, destacando o Concílio Vaticano II como um marco de renovação e diálogo, e refletiremos sobre o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e os desafios e as esperanças que a Igreja tem enfrentado no terceiro milênio. Este percurso visa oferecer a cada estudante uma compreensão básica da história das principais manifestações da fé humana, fortalecendo sua identidade e capacitando-o para um diálogo qualificado e respeitoso com o mundo contemporâneo.

1.4.1 A Religiosidade Humana: Uma Dimensão Constitutiva da Natureza Humana

A religiosidade é uma dimensão intrínseca e fundamental da experiência humana, manifestando-se de diversas formas e em diferentes contextos desde os primórdios da civilização. Esta primeira seção da temática dedica-se a explorar os sinais arqueológicos que atestam a religiosidade primordial, a organização social em torno do sagrado e o desenvolvimento das práticas religiosas em sociedades agrícolas, culminando na compreensão católica dessa busca e da capacidade humana para Deus (*Capax Dei*). A seguir, analisaremos a inclinação inata do ser humano para o sagrado, investigando como essa busca por um sentido transcendente se manifesta nas mais antigas culturas e como as concepções do divino se desenvolveram em pensamentos como o panteísmo, o politeísmo e o monoteísmo.

1.4.1.1 A Crença em Deus desde os Primórdios da Humanidade

A ideia de que a humanidade sempre acreditou em Deus, ou em alguma forma de divindade, não é uma mera especulação teológica, mas uma constatação que encontra eco nas mais diversas disciplinas, da arqueologia à antropologia, da história à filosofia da religião.³³⁶ Essa busca incessante por um sentido maior, por uma realidade que transcende o puramente material, é uma constante na trajetória humana, revelando uma dimensão espiritual profunda e universal que se manifesta em todas as culturas e épocas. Prova disso, desde os primórdios da humanidade, encontramos indícios de uma dimensão espiritual que transcende a mera sobrevivência material. Essa busca pelo Transcendente, por um sentido que ultrapasse o visível, parece ser uma característica intrínseca à nossa espécie, um "*homo religiosus*" por natureza.³³⁷

Os achados arqueológicos em sítios pré-históricos, como as cavernas de Lascaux e Altamira, com suas pinturas rupestres que muitos interpretam como rituais mágicos ou espirituais, ou os enterros elaborados de Neandertais e Cro-Magnons, que sugerem uma crença na vida após a morte e na existência de um mundo espiritual, são testemunhos eloquentes dessa religiosidade primordial.³³⁸ A presença de amuletos, oferendas e símbolos sagrados em culturas antigas reforça a ideia de que, mesmo sem uma teologia formal ou textos sagrados, os nossos ancestrais já se relacionavam com o mistério divino, buscando proteção, significado e conexão com forças maiores que governavam o cosmos e as suas próprias vidas.³³⁹

Essa universalidade da crença em Deus, ou em deuses, pode ser compreendida como uma resposta a anseios existenciais profundos. Diante da grandiosidade e, por vezes, da crueldade da natureza, da finitude da vida, do mistério da morte e da busca por um propósito, a religião ofereceu e continua oferecendo uma estrutura para a compreensão do mundo e do significado da

³³⁶ A arqueologia revela templos e artefatos religiosos em civilizações ancestrais, demonstrando que a crença em Deus ou em alguma forma de divindade não é algo de origem recente. A antropologia documenta práticas rituais em todas as culturas conhecidas; a história registra religiões em cada período; e a filosofia da religião analisa a universalidade dessa busca espiritual. Esses dados convergem para uma verdade fundamental: a religiosidade é uma característica inerente à humanidade.

³³⁷ Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*, p. 15-20.

³³⁸ Os achados arqueológicos em sítios pré-históricos, como as cavernas de Lascaux (França) e Altamira (Espanha), com suas impressionantes pinturas em rochas de animais e símbolos, são frequentemente interpretados por arqueólogos e antropólogos como evidências de rituais mágicos, espirituais ou xamânicos, refletindo uma complexa vida interior e uma busca por significado além do material. Da mesma forma, os enterros elaborados de Neandertais e Cro-Magnons, que incluem a deposição de flores, ferramentas e outros objetos junto aos corpos, sugerem uma crença em algum tipo de vida após a morte ou uma profunda reverência pelos falecidos, indicando a presença de práticas religiosas ou proto-religiosas desde os primórdios da humanidade, cf. Mircea Eliade, *História das Religiões*, vol. 1, cap. 1.

³³⁹ Essas práticas e artefatos, encontrados em diversos sítios arqueológicos, demonstram a busca por proteção, significado e conexão com forças maiores, revelando uma dimensão espiritual fundamental na experiência humana desde tempos imemoriais.

vida humana. Ela forneceu as primeiras explicações para fenômenos naturais antes inexplicáveis, estabeleceu valores morais para a convivência social e ofereceu consolo e esperança diante do sofrimento, edificando a própria identidade das civilizações que se sucederam.

Antes mesmo do chamado divino a Abraão para ser o pai de uma grande descendência (Gn 12,1-4), a transição de sociedades caçadoras-coletoras para sociedades agrícolas, com o surgimento das primeiras civilizações, trouxe maior profundidade às expressões religiosas.³⁴⁰ A observação dos ciclos da natureza – o sol, a lua, as estações – e a dependência da fertilidade da terra para a sobrevivência levaram ao desenvolvimento de cultos agrários e de divindades associadas à fecundidade e à colheita. Grandes templos e estruturas monumentais foram erguidos para honrar essas divindades e o sacerdócio emergiu como uma classe especializada na mediação entre o humano e o divino, organizando rituais complexos e interpretando os sinais dos deuses. A religião, nessa fase, tornou-se um pilar fundamental da ordem social e política, legitimando o poder dos governantes e fornecendo um senso de identidade e propósito coletivo.³⁴¹

Na perspectiva da Igreja Católica, essa busca universal pelo divino é compreendida como um sinal da capacidade inerente do ser humano de se relacionar com Deus, o *Capax Dei*. O Catecismo da Igreja Católica confirma este pensamento ao afirmar que “o desejo de Deus está inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus.”³⁴² Essa capacidade, embora muitas vezes obscurecida pelo pecado, é a raiz de toda a religião e aponta para a verdade de que o ser humano só encontra a sua plenitude em Deus.

1.4.1.2 As Diferentes Crenças no Divino: Panteísmo, Politeísmo e Monoteísmo

A forma como a humanidade concebeu e se relacionou com o divino variou consideravelmente ao longo da história, dando origem a uma diversidade de sistemas de crenças. Embora as distinções entre essas categorias possam ser, por vezes, complexas, podemos identificar três principais modelos para compreender a natureza do divino: o panteísmo, o politeísmo e o monoteísmo. Cada um desses modelos apresenta uma perspectiva distinta sobre a relação entre Deus, o universo e a humanidade.

³⁴⁰ A dependência da natureza (chuvas, colheitas) e a organização social mais elaborada levaram ao desenvolvimento de panteões de deuses, rituais mais complexos e uma estrutura sacerdotal, refletindo a busca por proteção e significado em um mundo em transformação.

³⁴¹ Mircea Eliade, *História das Crenças e das Ideias Religiosas*. Vol. I: Da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis, Capítulos II e III.

³⁴² *Catecismo da Igreja Católica*, para. 27.

O panteísmo é uma visão de mundo em que Deus e o universo são fundamentalmente idênticos. Nesta concepção, não há distinção fundamental entre o criador e a criação; em vez disso, a divindade é considerada imanente a tudo o que existe, de modo que a totalidade do cosmos constitui a própria manifestação de Deus. Cada árvore, cada rio, cada estrela, cada ser vivo é uma expressão do divino e a busca espiritual muitas vezes envolve a percepção dessa unidade fundamental. Filosofias orientais, a exemplo de algumas vertentes do hinduísmo e do taoísmo, assim como certas correntes místicas ocidentais e pensadores como Baruch Spinoza, compartilham a visão de que Deus não é uma entidade separada que governa o mundo, mas a própria essência imanente que dá forma e vida a toda a realidade.³⁴³

Em contraste, o politeísmo caracteriza-se pela crença e adoração de múltiplos deuses. Neste sistema religioso, cada divindade possui sua própria personalidade, atributos específicos, domínios de atuação e, frequentemente, histórias e mitos próprios. O panteão de deuses e deusas interage entre si, com os humanos e com o mundo natural, influenciando os eventos cósmicos e a vida cotidiana. Exemplos clássicos incluem as religiões da Grécia e da Roma Antiga, com os seus deuses olímpicos e suas mitologias,³⁴⁴ o vasto panteão do hinduísmo, com as suas várias manifestações divinas, e as religiões tradicionais africanas, nas quais os orixás e outras divindades governam diferentes aspectos da existência. O culto politeísta frequentemente envolve rituais específicos para cada divindade, buscando a sua benevolência ou apaziguando a sua ira.³⁴⁵

Finalmente, o monoteísmo caracteriza-se pela crença em um único Deus, concebido como o criador e sustentador de todo o universo. Este Deus é geralmente descrito como onipotente (todo-poderoso), onisciente (todo-conhecedor) e onipresente (presente em todo lugar), transcendente à criação, mas também imanente em sua ação providencial. As três grandes religiões abraâmicas – o judaísmo, o cristianismo e o islamismo – são os exemplos mais

³⁴³ Karen Armstrong, *Uma Breve História do Mito*, p. 25-30.

³⁴⁴ Zeus (Júpiter em Roma) era o rei dos deuses, deus do céu e dos raios. Atena (Minerva) era deusa da sabedoria e da guerra estratégica. Afrodite (Vênus) era deusa do amor e da beleza. Ares (Marte) era deus da guerra e da violência, enquanto Atena representava a guerra justa e estratégica. Apolo era deus do sol, da música e da profecia. Hermes (Mercúrio) era o mensageiro dos deuses e protetor do comércio. A principal diferença entre os deuses gregos e romanos não estava em sua essência, mas em seus nomes e ênfases culturais: os romanos frequentemente adotavam os deuses gregos, mas os adaptavam à sua própria cosmovisão, às vezes enfatizando aspectos diferentes. Por exemplo, enquanto Ares era visto pelos gregos como brutal e impiedoso, Marte era venerado pelos romanos como protetor do Estado e símbolo de força militar ordenada. Os deuses gregos e romanos eram divindades antropomórficas, ou seja, possuíam formas e características humanas, incluindo emoções, desejos e falhas, diferentemente do Deus monoteísta que é espírito puro e perfeição absoluta.

³⁴⁵ Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, vol. 1, cap. 3.

proeminentes de monoteísmo.³⁴⁶ Nesses sistemas religiosos, a relação entre Deus e a humanidade é frequentemente vista como uma aliança ou pacto, em que Deus revela a sua vontade e oferece a salvação, enquanto os fiéis respondem com fé, obediência e adoração. No monoteísmo, a singularidade de Deus implica uma exclusividade no culto e uma visão de mundo onde a moralidade e a ética derivam diretamente de sua vontade divina.³⁴⁷

1.4.2 Grandes Tradições Religiosas Mundiais

Esta seção apresentará as origens e os fundamentos de algumas das mais influentes tradições religiosas do mundo, destacando as suas características centrais e o seu impacto na história da humanidade. Abordaremos, primeiramente, as antigas tradições orientais, como o hinduísmo e o budismo, que oferecem ricas filosofias sobre a existência e o sofrimento. Em seguida, nos aprofundaremos nas religiões abraâmicas – Judaísmo e Islamismo – que, embora distintas, compartilham uma herança monoteísta e uma profunda influência global, especialmente no Ocidente. Este conteúdo visa proporcionar uma compreensão das diversas formas pelas quais a humanidade buscou e continua buscando o sagrado, moldando culturas e visões de mundo.

1.4.2.1 As Raízes Antigas: Hinduísmo e Budismo

No subcontinente indiano floresceram algumas das mais antigas e complexas tradições religiosas do mundo, com o hinduísmo e o budismo se destacando por sua profundidade filosófica e vasta influência mundial. O hinduísmo, em particular, não tem um fundador único nem uma data de origem precisa, sendo mais uma síntese de diversas tradições, filosofias e cultos que se desenvolveram ao longo de milênios, a partir das antigas culturas do Vale do Indo e das tradições religiosas trazidas pelos arianos.³⁴⁸ É uma religião que abraça uma pluralidade de deuses, muitas vezes vistos como manifestações de uma única Realidade Suprema, o Brahman, e que se estrutura

³⁴⁶ Em poucas palavras, as religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo) são notáveis por seu monoteísmo e pela figura central de Abraão. Enquanto o judaísmo e o cristianismo traçam sua linhagem espiritual e física principalmente através de Isaque, o islamismo reconhece Ismael como o ancestral primordial, ambos filhos de Abraão, o que fundamenta suas respectivas narrativas de eleição e aliança divina.

³⁴⁷ Alister E. McGrath, *Teologia Histórica: Uma Introdução à História do Pensamento Cristão*, p. 12-15.

³⁴⁸ O Hinduísmo, diferentemente de muitas outras grandes religiões, não surgiu de uma revelação singular ou de um profeta específico, mas é, na verdade, uma vasta e complexa síntese de diversas tradições religiosas, filosóficas e culturais que se desenvolveram e se interligaram ao longo de milênios. Suas raízes remontam às antigas culturas do Vale do Indo (como a civilização de Harappa e Mohenjo-Daro, por volta de 2500-1900 a.C.) e às tradições védicas (textos sagrados mais antigos do hinduísmo) trazidas pelos arianos (a partir de 1500 a.C.), que se fundiram e evoluíram, incorporando uma rica diversidade de crenças, rituais, divindades e práticas espirituais. Essa característica sincrética e evolutiva confere ao Hinduísmo uma diversidade interna notável, com múltiplas escolas de pensamento e formas de culto coexistindo.

em torno de conceitos como *Dharma*, *Karma*, *Samsara* e a busca por *Moksha* (libertação). Essa diversidade interna permite que o hinduísmo seja visto tanto como politeísta, com um vasto panteão de divindades como Brahma (o criador), Vishnu (o preservador) e Shiva (o destruidor transformador), quanto como monoteísta ou panteísta, em que todas as divindades são manifestações do Absoluto, o Brahman.³⁴⁹

Conceitos como Dharma (dever ético e moral, lei cósmica), Karma (a lei de causa e efeito que governa as ações e suas consequências), Samsara (o ciclo de renascimentos e mortes) e Moksha (a libertação do ciclo de Samsara, alcançando a realização espiritual e a união com o divino) são centrais para a compreensão hindu.³⁵⁰ A busca pela realização espiritual e a superação do sofrimento através de diferentes caminhos – como o Karma Yoga (caminho da ação), o Bhakti Yoga (caminho da devoção), o Jnana Yoga (caminho do conhecimento) e o Raja Yoga (caminho da meditação) – são temas recorrentes, expressos em textos sagrados como os Vedas, os Upanishads, o Mahabharata (que inclui o Bhagavad Gita) e os Puranas.³⁵¹ A riqueza textual e a multiplicidade de abordagens espirituais fazem do hinduísmo um sistema religioso profundamente complexo e adaptável a outras culturas.³⁵²

³⁴⁹ Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, vol. 2, cap. 7.

³⁵⁰ Na filosofia hindu, esses conceitos funcionam como um sistema: Dharma refere-se ao dever ético e moral que cada indivíduo deve cumprir de acordo com sua posição social, estágio de vida e natureza, funcionando também como a lei cósmica que sustenta a ordem do universo. Karma é a lei universal de causa e efeito que governa todas as ações e suas consequências, determinando que cada ato gera repercussões que podem se manifestar nesta vida ou em vidas futuras. Samsara é o ciclo contínuo de nascimentos, mortes e renascimentos no qual todos os seres sencientes estão aprisionados, perpetuado pela ignorância e pelo apego aos desejos mundanos. Moksha, por sua vez, representa a libertação final deste ciclo de Samsara, alcançada através da realização espiritual e da compreensão da verdadeira natureza do ser, resultando na união com o Brahman (a Realidade Suprema) e na cessação do sofrimento. Esses quatro conceitos formam um sistema integrado de compreensão da existência humana e do propósito espiritual na tradição hindu.

³⁵¹ A tradição hindu oferece três caminhos complementares para superar o sofrimento e alcançar a união com o divino: os Yogas representam diferentes caminhos espirituais através dos quais o hindu pode alcançar a realização e a libertação. O Karma Yoga é o caminho da ação desinteressada, onde o praticante realiza suas obrigações e deveres sem apego aos resultados, dedicando suas ações ao divino e transcendendo o ego através do serviço. O Bhakti Yoga é o caminho da devoção e do amor incondicional ao divino, envolvendo práticas como oração, canto de mantras e adoração, onde a relação pessoal e emocional com Deus é central para a transformação espiritual. O Jnana Yoga é o caminho do conhecimento e da sabedoria, buscando a compreensão intelectual e intuitiva da verdadeira natureza da realidade e da identidade do ser individual (Atman) com o Brahman, frequentemente através do estudo das escrituras e da contemplação filosófica. O Raja Yoga, também conhecido como o "caminho real", é o caminho da meditação e do controle mental, sistematizado nos Yoga Sutras de Patanjali, que busca a purificação da mente e a realização espiritual através de práticas meditativas disciplinadas. Esses ensinamentos encontram-se expressos principalmente nos Vedas (os textos mais antigos), nos Upanishads (filosofia especulativa), no Mahabharata e especialmente na Bhagavad Gita (diálogo entre Krishna e Arjuna sobre dharma e yoga), e nos Puranas (narrativas mitológicas que ilustram princípios espirituais).

³⁵² Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, vol. 2, cap. 7.

O Budismo, fundado por Siddhartha Gautama (o Buda) no século VI a.C. na Índia, surgiu como uma resposta às questões existenciais e ao sofrimento humano, propondo um caminho para a iluminação e a libertação do *Samsara*. Siddhartha, um príncipe que renunciou à sua vida de luxo em busca de uma solução para o sofrimento, alcançou a iluminação e passou o resto de sua vida ensinando o caminho para a libertação.³⁵³ Embora não seja uma religião teísta no sentido tradicional, focando mais na experiência pessoal e na ética, o Budismo é vivido por muitas pessoas como uma maneira de se relacionar com o transcendente e de se preparar para uma vida plena.

O Budismo oferece uma profunda filosofia de vida baseada nas Quatro Nobres Verdades e no Nobre Caminho Óctuplo, que formam o núcleo da doutrina budista. Primeiro, a existência universal do sofrimento (*Dukkha*), entendido não apenas como dor física, mas como insatisfação e impermanência inerentes à existência. Na sequência, a origem do sofrimento, que reside no desejo, no apego e na ignorância sobre a natureza da realidade. Terceiro, a possibilidade da cessação do sofrimento através da extinção do desejo e do apego, estado conhecido como Nirvana. Por fim, o caminho prático para alcançar essa libertação, denominado Nobre Caminho Óctuplo, compreende oito aspectos relacionados à conduta, à disciplina mental e à sabedoria. Este caminho inclui a compreensão correta, o pensamento correto, a fala correta, a ação correta, o modo de vida correto, o esforço correto, a atenção plena correta e a concentração correta.³⁵⁴ O objetivo final deste processo é alcançar o Nirvana, definido como um estado de paz profunda, ausência de desejo e libertação do ciclo de renascimentos.³⁵⁵

³⁵³ Siddhartha Gautama nasceu como príncipe no século VI a.C. na região do Nepal, criado em luxo extremo para afastá-lo do sofrimento. Ao descobrir a realidade da doença, velhice e morte, renunciou a seu reino, esposa e filho aos 29 anos. Após seis anos de meditação e ascese, ele alcançou a iluminação sob a árvore Bodhi, compreendendo a natureza do sofrimento e o caminho para a libertação. Assim o Buda (o Iluminado), dedicou o restante de sua vida a ensinar o Dharma (lei espiritual), fundando uma comunidade monástica e deixando um legado que se expandiu especialmente por toda a Ásia.

³⁵⁴ O Nobre Caminho Óctuplo representa o caminho prático e progressivo para a iluminação, dividido em três categorias: sabedoria, conduta ética e disciplina mental. A Compreensão Correta refere-se à compreensão profunda das Quatro Nobres Verdades e da natureza da realidade, reconhecendo a impermanência, o sofrimento e a ausência de um eu permanente. O Pensamento Correto (ou Intenção Correta) envolve cultivar pensamentos livres de ganância, ódio e ilusão, desenvolvendo intenções de renúncia, boa vontade e compaixão. A Fala Correta significa abster-se de mentiras, fofocas, palavras duras e conversa frívola, praticando a comunicação honesta, útil e harmoniosa. A Ação Correta compreende a abstenção de matar, roubar, conduta sexual imprópria, consumo de intoxicantes e outras ações prejudiciais, cultivando comportamento ético e virtuoso. O Modo de Vida Correto refere-se à escolha de uma profissão ou ocupação que não cause sofrimento a outros seres, evitando meios de vida prejudiciais ou desonestos. O Esforço Correto envolve o cultivo diligente de estados mentais benéficos e a eliminação de estados prejudiciais através da disciplina e da perseverança. A Atenção Plena Correta é a consciência clara e contínua do corpo, das sensações, da mente e dos fenômenos mentais, desenvolvendo observação desapegada e não-reativa. A Concentração Correta refere-se ao desenvolvimento de estados profundos de meditação (*Jhanas*), onde a mente alcança estabilidade, clareza e unificação, preparando o caminho para a sabedoria transcendental e a iluminação final.

³⁵⁵ Karen Armstrong, *Buda*, p. 50-75.

Ao longo dos séculos, o Budismo se espalhou por toda a Ásia, dando origem a diversas escolas e tradições, como o Theravada (predominante no Sudeste Asiático, focado na pureza dos ensinamentos originais), o Mahayana (comum no Leste Asiático, que enfatiza a compaixão e a figura do Bodhisattva) e o Vajrayana (encontrado no Tibete e Himalaia, conhecido por suas práticas tântricas e rituais diversificados).³⁵⁶ Cada uma dessas escolas possui suas particularidades, mas todas estão enraizadas nos ensinamentos originais de Buda, buscando a sabedoria, a compaixão e a superação do apego e da ignorância para atingir a iluminação.

1.4.2.2 As Religiões Abraâmicas: Judaísmo e Islamismo

As religiões abraâmicas – Judaísmo, Cristianismo e Islamismo – compartilham uma origem comum na figura do patriarca Abraão e uma crença fundamental no monoteísmo, ou seja, na existência de um único Deus. Embora distintas em suas doutrinas e práticas, elas possuem laços históricos e teológicos significativos que serão apresentados a seguir.

O judaísmo, a mais antiga das religiões abraâmicas, remonta a cerca de 2000 a.C., com a figura de Abraão, considerado o pai do povo judeu e o primeiro a estabelecer uma aliança com o Deus único. A história do Judaísmo está intrinsecamente ligada à história do povo de Israel, marcada por eventos basilares como o Êxodo do Egito sob a liderança de Moisés, a revelação da Torá (a Lei) no Monte Sinai e o estabelecimento da Terra Prometida. Esses eventos formam a base da identidade e da fé judaica, que se consolidou através de uma relação de pacto com Deus.³⁵⁷

Os pilares do judaísmo são a crença em um Deus único e transcendente (Yahweh), a Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica, que contêm os mandamentos divinos e a narrativa da criação e da aliança), e a ideia de um povo eleito, com uma missão especial de ser luz para as nações. Além

³⁵⁶ A expansão do budismo gerou múltiplas correntes e orientações religiosas, cada uma com suas particularidades doutrinárias e metodologias específicas. O Theravada, preponderante no Sudeste Asiático (Tailândia, Sri Lanka, Camboja), prioriza a preservação dos ensinamentos primitivos de Buda e a jornada pessoal rumo à iluminação mediante a vida monástica austera. O Mahayana, disseminado no Leste Asiático (China, Japão, Vietnã, Coreia), expande a cosmovisão budista ao destacar a misericórdia sem limites e a figura do Bodhisattva, um ser que adia sua própria libertação espiritual para auxiliar toda a humanidade na conquista da emancipação. O Vajrayana, localizado principalmente no Tibete, Butão e territórios do Himalaia, distingue-se por suas metodologias tântricas refinadas, cerimônias rituais elaboradas e pela reverência a divindades e mestres espirituais, almejando a iluminação numa única existência através de técnicas contemplativas avançadas e transformação espiritual profunda.

³⁵⁷ A aliança com Abraão encontra-se em Gênesis 12,1-4 e Gênesis 15. O Êxodo do Egito sob Moisés é narrado em Êxodo 1-15, com a Páscoa descrita em Êxodo 12 e a travessia do Mar Vermelho em Êxodo 13-15. A revelação da Torá no Monte Sinai ocorre em Êxodo 19-20, onde Deus entrega os Dez Mandamentos, com as leis subsequentes em Êxodo 21-23, Levítico e Números. O estabelecimento da Terra Prometida é relatado no livro de Josué, especialmente nos capítulos 1-12 (conquista) e 13-21 (distribuição das terras). Esses eventos fundamentais — a aliança abraâmica, o Êxodo, a Torá e a Terra Prometida — constituem os pilares da identidade e da fé judaica, formando a base da relação de pacto entre Deus e o povo de Israel que perdura até hoje para os judeus.

da Torá escrita, o Judaísmo valoriza a Torá Oral, que inclui as interpretações e tradições rabínicas compiladas no Talmud.³⁵⁸ A prática judaica é centrada na observância dos mandamentos (*mitzvot*), que incluem leis alimentares (*cashrut*), a celebração do *Shabat* (dia de descanso semanal) e festividades como a Páscoa (*Pessach*) e o Dia do Perdão (*Yom Kippur*).³⁵⁹

A sinagoga é o local de culto e estudo judaico, e o rabino é o líder espiritual e mestre da Lei, responsável por guiar a comunidade na observância e na interpretação da Torá. Apesar das dispersões e perseguições ao longo de sua longa história, o judaísmo manteve a sua identidade e tradições de forma notável, mantendo a expectativa pela vinda do Messias. A resiliência do povo judeu e a continuidade de sua fé são testemunhos da profundidade de suas raízes e da força de sua tradição religiosa.

O islamismo, a mais jovem das religiões abraâmicas, surgiu no século VII d.C. na Península Arábica, com o profeta Maomé.³⁶⁰ Para os muçulmanos, Maomé é o último e mais importante profeta enviado por Deus (Allah) para restaurar a mensagem original do monoteísmo, considerada distorcida ao longo do tempo por judeus e cristãos.³⁶¹ Em poucas palavras, "Islã" significa "submissão" (à vontade de Deus), e "muçulmano" significa "aquele que se submete". Essa

³⁵⁸ Os cinco livros da Torá (Pentateuco) — Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio — constituem o conteúdo mais sagrado das Escrituras Hebraicas, contendo narrativas históricas e os 613 mandamentos que regulam a vida religiosa, moral e social judaica. A Torá Oral compreende interpretações e tradições transmitidas oralmente por Moisés e seus sucessores, complementando e elucidando os ensinamentos da Torá escrita para sua aplicação prática. O Talmud, compilado entre os séculos II e V, sistematiza esta Torá Oral através da Mishná (codificação das leis) e da Guemará (discussões rabínicas), funcionando como a principal fonte de autoridade legal e espiritual para o Judaísmo além da Torá escrita.

³⁵⁹ A prática judaica é centrada na observância dos mandamentos divinos (*mitzvot*), que abrangem diversos aspectos da vida cotidiana. As leis alimentares (*cashrut*) estabelecem quais alimentos são permitidos ou proibidos, baseando-se em preceitos bíblicos que distinguem animais puros e impuros, regulando também o modo de preparação e consumo dos alimentos. O *Shabat* constitui o dia sagrado de descanso semanal que ocorre toda sexta-feira ao pôr do sol até sábado ao pôr do sol, durante o qual os judeus abstêm-se de trabalho e atividades criativas, dedicando-se à oração, ao estudo e à convivência familiar como forma de santificação e comunhão com o divino. A Páscoa (*Pessach*) é a festividade que comemora a libertação do povo judeu da escravidão no Egito, celebrada na primavera (mês de Nisan no calendário hebraico, correspondendo a março ou abril), através de refeições rituais e da recordação dos eventos da saída do Egito. O Dia do Perdão (*Yom Kippur*) é considerado o dia mais sagrado do calendário judaico, celebrado dez dias após o Ano Novo Judaico (*Rosh Hashaná*, em setembro ou outubro), dedicado ao arrependimento, à expiação dos pecados e à reconciliação com Deus e com o próximo, marcado pelo jejum e pela oração intensiva.

³⁶⁰ Karen Armstrong. *Maomé: Uma Biografia do Profeta*, p. 100-120.

³⁶¹ Maomé nasceu em Meca por volta de 570 d.C., em uma família de comerciantes da tribo dos Coraixitas. Aos quarenta anos, de acordo com os muçulmanos, durante meditação na caverna de Hira, recebeu a primeira revelação do anjo Gabriel, experiência que marcou o início de sua missão profética. Ao longo de vinte e três anos, Maomé recebeu sucessivas revelações que foram compiladas no Alcorão, o livro sagrado do Islã. Enfrentou intensa oposição em Meca, levando-o a emigrar para Medina em 622 (marco do calendário islâmico), onde estabeleceu a primeira comunidade muçulmana e consolidou sua autoridade religiosa e política. Maomé faleceu em Medina em 632, deixando um legado que transformaria o mundo árabe e se expandiria posteriormente pelo mundo todo, estabelecendo uma das maiores religiões da humanidade. Cf. Karen Armstrong, *Maomé: Uma Biografia do Profeta*, p. 100-120.

submissão é a essência da fé islâmica, que busca uma vida em conformidade com a vontade divina.

Os pilares do islamismo são: a profissão de fé (*Shahada*), que declara "não há deus senão Allah, e Maomé é seu mensageiro"; a oração (*Salat*) cinco vezes ao dia voltada para Meca; a caridade (*Zakat*) para os necessitados; o jejum (*Sawm*) durante o mês do Ramadã; e a peregrinação (*Hajj*) a Meca para aqueles que têm condições.³⁶²

O livro sagrado do Islã é o Alcorão, que os muçulmanos acreditam ser a palavra literal de Deus, revelada a Maomé pelo anjo Gabriel. O Alcorão é a fonte primária da lei islâmica, a *Sharia*, que regula diversos aspectos da vida dos muçulmanos, desde a moralidade pessoal até à justiça social e às relações interpessoais.³⁶³

O islamismo se espalhou rapidamente após a morte de Maomé, formando um vasto império que se estendeu do Oriente Médio ao Norte da África, a partes da Europa e da Ásia. Essa expansão, cujos métodos são historicamente questionáveis, não foi apenas territorial, mas também cultural e intelectual, dando origem a uma civilização que influenciou consideravelmente a ciência, a filosofia, a medicina e a arte. A diversidade dentro do Islã é notável, com as principais ramificações

³⁶² Os pilares do Islamismo constituem os fundamentos práticos e espirituais da fé islâmica. A profissão de fé (*Shahada*) é a declaração fundamental que afirma "não há deus senão Allah, e Maomé é seu mensageiro", representando o compromisso com o monoteísmo absoluto e o reconhecimento de Maomé como profeta final.. A oração (*Salat*) consiste na realização de cinco orações diárias em horários específicos (ao amanhecer, meio da manhã, meio da tarde, pôr do sol e noite), executadas em direção a Meca como ato de adoração e submissão a Deus, podendo ser realizadas individualmente ou em comunidade. A caridade (*Zakat*) é uma contribuição financeira obrigatória destinada aos necessitados, calculada como percentual da riqueza acumulada, realizada anualmente após um ano lunar completo, funcionando como purificação espiritual e redistribuição de recursos na comunidade islâmica. O jejum (*Sawm*) ocorre durante o mês sagrado do Ramadã (nono mês do calendário islâmico, correspondendo aproximadamente a março ou abril no calendário gregoriano), período em que os muçulmanos abstêm-se de alimento, bebida e outras necessidades físicas do amanhecer ao pôr do sol, como prática de autodisciplina, piedade e solidariedade com os pobres. A peregrinação (*Hajj*) a Meca é a jornada sagrada realizada no mês de Dhu al-Hijjah (décimo segundo mês do calendário islâmico, correspondendo aproximadamente a julho ou agosto), que todo muçulmano deve realizar pelo menos uma vez na vida, caso possua recursos financeiros e saúde adequados, reunindo milhões de fiéis em rituais que reafirmam a unidade e igualdade da comunidade islâmica diante de Deus.

³⁶³ Alcorão é composto por 114 capítulos denominados Suras, organizados aproximadamente em ordem decrescente de extensão, contendo um total de 6.236 versículos conhecidos como Ayat. As Suras reveladas em Meca (período de perseguição) enfatizam aspectos espirituais e teológicos, enquanto as reveladas em Medina (período de consolidação da comunidade) abordam questões legais e sociais. O Alcorão é considerado inimitável em sua linguagem poética e profundidade espiritual, servindo como base para toda a doutrina islâmica. Como fonte primária da lei islâmica, o Alcorão regula diversos aspectos da vida dos muçulmanos, desde a moralidade pessoal e condutas éticas até questões de justiça social, direito penal, matrimônio, herança e relações interpessoais. Além do Alcorão, os muçulmanos também consultam a Sunnah (tradições e práticas de Maomé) e o Hadith (relatos das palavras e ações do profeta) como fontes complementares de orientação religiosa e jurídica.

sendo o Sunismo e o Xiismo, que diferem principalmente na sucessão de Maomé e na autoridade religiosa, mas compartilham os pilares fundamentais da fé.³⁶⁴

1.4.3 O Cristianismo: Origem e Consolidação da Igreja Católica

O Cristianismo, a maior religião do mundo em número de seguidores, tem raízes profundas no Judaísmo. Nós, cristãos, reconhecemos Jesus de Nazaré não apenas como mestre ou profeta, mas como o Cristo (o Messias prometido), Deus Filho encarnado, cuja morte e ressurreição garantem a salvação de toda a humanidade. O Cristianismo consolidou-se como fé universal centrada em Jesus Cristo, Salvador, aberta a todos os povos, sem distinção étnica; enquanto o Judaísmo manteve-se como religião de aliança com Deus, mediada pela Torá, preservando sua identidade étnico-religiosa. Os judeus que não reconhecem Jesus como Messias continuam aguardando um Messias humano, descendente de Davi, que trará paz política e restauração de Israel — não um Messias sofredor que já teria vindo. Essa divergência fundamental na compreensão messiânica é essencial para compreendermos tanto as raízes compartilhadas quanto as diferenças teológicas que marcam o diálogo entre as duas tradições religiosas até hoje.

Esta seção irá se dedicar a explorar a fundação divina da Igreja por Jesus, a notável expansão do Cristianismo em meio às perseguições no Império Romano e o crucial período dos Concílios Ecumênicos, essenciais para a formação e a defesa da doutrina cristã. Compreenderemos como a Igreja, desde os seus primórdios, se estabeleceu como uma comunidade de fé e como a sua teologia foi moldada em resposta a desafios internos e externos, consolidando-se como uma força transformadora na história, cuja influência se estende por milênios e continua a moldar civilizações.

³⁶⁴ A diversidade dentro do Islã é notável, com as principais ramificações sendo o Sunismo e o Xiismo, que diferem principalmente em questões de sucessão e autoridade religiosa, mas compartilham os pilares fundamentais da fé. Os sunitas, que constituem aproximadamente 85% dos muçulmanos mundiais, acreditam que a liderança da comunidade islâmica (Califado) deveria ser determinada pela eleição e consenso da comunidade, não necessariamente por descendência direta de Maomé. Para os sunitas, a autoridade religiosa reside na Sunnah (tradições do profeta) e no consenso dos estudiosos islâmicos, sem necessidade de um líder infalível. Os xiitas, representando cerca de 15% dos muçulmanos, sustentam que Maomé designou explicitamente seu primo e genro Ali ibn Abi Talib como seu sucessor legítimo, e que a liderança espiritual deveria permanecer na família do profeta (Ahl al-Bayt) através dos Imãs, considerados infalíveis em matérias religiosas e dotados de conhecimento divino especial. Os xiitas reconhecem diferentes números de Imãs conforme suas subdivisões (Duodecimanos, Ismaelitas e Zayditas). Apesar dessas diferenças teológicas e jurídicas significativas, ambos os grupos compartilham os cinco pilares do Islã, reconhecem o Alcorão como palavra divina e veneram Maomé como profeta final, mantendo uma unidade fundamental na fé islâmica.

1.4.3.1 A Fundação da Igreja por Jesus Cristo

A Igreja Católica, em sua compreensão histórica e teológica, não é uma instituição meramente humana, mas foi fundada pelo próprio Jesus Cristo durante sua vida terrena. Os Evangelhos narram como Jesus não apenas pregou o Reino de Deus, mas também reuniu um grupo de discípulos, dentre os quais escolheu doze apóstolos, conferindo-lhes uma missão especial e autoridade para dar continuidade à sua obra.³⁶⁵ A passagem de Mateus 16,18, onde Jesus diz a Pedro: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”, é vista como o fundamento bíblico da primazia de Pedro e da instituição da Igreja.³⁶⁶ Jesus também instruiu os seus discípulos a batizar e a ensinar todas as nações, transmitindo-lhes a sua autoridade e a responsabilidade de propagar a sua mensagem salvífica (Mt 28, 18-20).

A escolha dos Doze Apóstolos, com Pedro à frente, simboliza a restauração das doze tribos de Israel e estabelece a estrutura hierárquica inicial da Igreja, que seria o alicerce para a sua organização futura.³⁶⁷ Jesus os preparou intensivamente, ensinando-lhes sobre o Reino de Deus

³⁶⁵ Em Mateus 10,1-4, Jesus convoca os doze apóstolos e lhes confere autoridade sobre espíritos imundos e poder para curar toda sorte de doenças, enviando-os para pregar que o Reino dos Céus estava próximo. Em Marcos 3,14-15, o evangelista relata que Jesus "designou doze para que estivessem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade de expulsar demônios". Lucas 6,12-16 descreve Jesus passando a noite em oração antes de escolher os doze apóstolos, indicando a importância e solenidade dessa escolha divina. Em João 20,21-23, após sua ressurreição, Jesus aparece aos apóstolos e lhes diz: "Como o Pai me enviou, eu também vos envio", conferindo-lhes o Espírito Santo e a autoridade de perdoar ou reter pecados. Em Mateus 28,19-20, Jesus Ressuscitado estabelece que os apóstolos deveriam "ir e fazer discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo", ensinando-lhes tudo quanto Ele havia mandado, com a promessa de Sua presença até o fim dos tempos. Estas passagens fundamentam a compreensão de que Jesus estabeleceu uma estrutura apostólica com autoridade específica para continuar sua missão redentora, transmitindo aos apóstolos não apenas uma mensagem, mas um poder sacramental e de governo que seria perpetuado através da sucessão apostólica na Igreja Católica, fundada por Ele mesmo.

³⁶⁶ Nesta passagem, Jesus estabelece um trocadilho significativo entre o nome "Pedro" (Petros em grego, Cefas em aramaico) e a palavra "pedra" (petra), indicando que Pedro seria a rocha sobre a qual se edificaria a comunidade dos fiéis. A primazia conferida a Pedro não se reduz a uma mera liderança moral ou espiritual, mas implica uma autoridade real e duradoura na Igreja, transmitida aos seus sucessores, os Bispos de Roma. A promessa de que "as portas do inferno não prevalecerão" garante a indefectibilidade da Igreja, sua preservação na verdade e na fé ao longo dos séculos, apesar das adversidades e perseguições. Esta interpretação é reforçada por outras passagens neotestamentárias, como João 21,15-17, onde Jesus confia a Pedro o pastoreio de seu rebanho, e por Mateus 18,18, que confere a Pedro as chaves do reino dos céus e símbolos de autoridade administrativa. A Tradição apostólica e os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, reconheceram em Pedro e em seus sucessores a garantia da unidade, da ortodoxia e da continuidade da fé cristã, fundamentando assim a estrutura hierárquica e o primado papal que caracterizam a Igreja Católica.

³⁶⁷ Como prova da autoridade de Pedro, em Mateus 16,18-19 Jesus confere a ele a primazia ao designá-lo como rocha sobre a qual se edifica a Igreja e ao entregar-lhe as chaves do reino dos céus. Em João 21,15-17, Jesus ordena a Pedro que apascente seu rebanho, conferindo-lhe o pastoreio da comunidade. Lucas 22,31-32 indica que Pedro teria um papel especial em confirmar seus irmãos na fé. Mateus 10,2 menciona Pedro em primeiro lugar entre os apóstolos. Em Atos 1,15 e 2,14, Pedro assume liderança reconhecida na comunidade primitiva, sendo o primeiro a proclamar publicamente a ressurreição de Cristo. Estas passagens fundamentam a primazia de Pedro como primeiro entre os

através de parábolas e discursos, capacitando-os a realizar milagres em seu nome e enviando-os para anunciar a Boa Nova.³⁶⁸ Essa formação direta e pessoal com o Mestre foi fundamental para que pudessem, após a Sua partida, dar continuidade à Sua obra com autoridade, fidelidade aos Seus ensinamentos e um profundo entendimento de Sua missão divina.³⁶⁹

Após a ascensão de Jesus ao céu, a Igreja se manifesta plenamente no dia de Pentecostes, com a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e Maria Santíssima, conforme narrado nos Atos dos Apóstolos (At 2, 1-13). Esse evento marcante não apenas infundiu nos discípulos coragem e sabedoria sobrenaturais, mas também simbolizou o início da pregação do Evangelho com poder e a expansão da comunidade cristã, que se autodenominava “o Caminho” (At 9,2). O Espírito Santo concedeu aos apóstolos a capacidade de testemunhar Jesus Cristo ressuscitado, superando barreiras linguísticas e culturais, e impulsionando a evangelização para além das fronteiras judaicas, alcançando diversos povos (At, 1,8).

Os primeiros cristãos se reuniam assiduamente para a “fração do pão” (Eucaristia) (Atos 2,42-47), para a oração e para o ensino dos apóstolos, formando uma comunidade unida pela fé em Cristo e pelo amor fraterno, conforme descrito nos Atos dos Apóstolos. Essa vida comunitária, caracterizada pela partilha de bens, pela ajuda mútua e por uma profunda comunhão espiritual, tornou-se um poderoso testemunho da nova fé, atraindo muitos convertidos. A partir de Jerusalém, sob a liderança dos apóstolos e de seus sucessores, as primeiras comunidades cristãs se organizaram, estabelecendo as bases da hierarquia eclesial que se consolidaria nos séculos seguintes, com bispos, presbíteros e diáconos, revelando que a Igreja de Cristo nasceu e cresceu católica.

Diferentemente de outras tradições religiosas, o Cristianismo não se resume a um código ético ou a um conjunto de ritos para alcançar a divindade.³⁷⁰ A sua principal singularidade está na pessoa de Jesus Cristo, Deus que se fez homem, morreu e ressuscitou para salvar a humanidade. Enquanto muitas religiões enfatizam o esforço humano ascendente (como a observância da Lei, o

apóstolos, investido de autoridade especial para liderar a Igreja, estabelecendo o fundamento para a sucessão apostólica e o primado do Bispo de Roma, local da morte de Pedro.

³⁶⁸ Mateus 13,1-52 (parábolas do Reino); Marcos 4,1-34 (parábolas); Lucas 8,4-15 (parábolas); João 14-17 (discursos de despedida); Mateus 10,1-42 (envio dos apóstolos); Marcos 6,7-13 (envio dos doze); Lucas 9,1-6 (envio dos apóstolos); Mateus 28,19-20 (envio missionário); Marcos 16,15-18 (autoridade para realizar milagres); Lucas 10,1-20 (envio dos setenta discípulos); João 14,12-14 (promessa de realizar obras maiores); Atos 3,1-10 (milagres dos apóstolos); Atos 5,12-16 (sinais e prodígios realizados pelos apóstolos); 1 Coríntios 12,4-11 (dons do Espírito Santo).

³⁶⁹ Para quem deseja conhecer mais sobre o desenvolvimento da Igreja primitiva, a leitura do livro de Atos dos Apóstolos é fundamental.

³⁷⁰ Papa Bento XVI, *Encíclica Deus Caritas Est*, n. 1.

cumprimento de deveres rituais ou a busca por iluminação interior), o Cristianismo proclama uma salvação que vem de Deus como dom gratuito (graça), alcançada pela fé em Cristo e vivida na comunidade dos fiéis – a Igreja.³⁷¹ Essa relação pessoal e comunitária com Deus, mediada por Jesus e dinamizada pelo Espírito Santo, é o traço distintivo fundamental do Cristianismo.

No coração da vida cristã católica está a Eucaristia – palavra que significa “ação de graças”. Instituída por Jesus na Última Ceia (cf. Mt 26,26-28; Mc 14,22-24; Lc 22,19-20), na véspera de sua morte, a Eucaristia é o sacramento central do Cristianismo, memorial da morte redentora de Cristo na Cruz que se torna presente em cada Santa Missa.³⁷² Para os católicos e algumas denominações históricas, o pão e o vinho, pela ação do Espírito Santo e pelas palavras de Cristo, tornam-se verdadeiramente o Corpo e o Sangue de Jesus – presença real, embora sob as aparências de pão e de vinho. Diferentemente de um simples símbolo ou memorial das ceias protestantes, a Eucaristia é o próprio Cristo oferecido como alimento espiritual, realizando a promessa de Jesus: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele” (Jo 6,56). Celebrada em cada Santa Missa, a Eucaristia atualiza (presentifica) o sacrifício de Cristo na cruz de forma incruenta, alimenta a alma com a graça divina, fortalece a união com Deus e com os irmãos, e antecipa o banquete celestial. É, por isso, chamada de “fonte e ápice de toda a vida cristã.”³⁷³ Sem a Eucaristia, a Igreja perde a sua razão de ser; sem ela, o cristão não encontra força para viver o Evangelho.

Em suma, o Cristianismo distingue-se por ser uma fé encarnada, centrada na Páscoa de Cristo (Sua morte e ressurreição), celebrada e tornada presente na Eucaristia e vivida na caridade concreta. Mais do que uma doutrina, é um encontro pessoal com Jesus vivo, que transforma integralmente a existência do fiel – ontem, hoje e sempre.³⁷⁴

³⁷¹ Ibid., Encíclica "Spe Salvi" (2007), n. 2.

³⁷² Para aprofundamento sobre a temática é sugerida a obra do Papa Bento XVI, Jesus de Nazaré: *da Entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, Volume II.

³⁷³ Concílio Vaticano II, *Constituição Lumen Gentium*, n. 11; Papa João Paulo II, *Encíclica Ecclesia de Eucharistia*, n. 3-4.

³⁷⁴ A vida cristã não se limita à participação na Missa. Ela abrange uma tríplice dimensão, expressa desde os primeiros séculos: (1) Pessoal e interior – A oração diária (pessoal ou familiar), a leitura da Bíblia (Lectio Divina), o exame de consciência e a prática dos mandamentos, em especial o amor a Deus e ao próximo. Os cristãos são chamados a imitar Jesus, cultivando virtudes como a humildade, a misericórdia, a castidade e o desapego dos bens. (2) Comunitária – Além da Eucaristia dominical, os cristãos se reúnem para a oração litúrgica (Liturgia das Horas), para o estudo da fé (catequese), para os sacramentos (Batismo, Confissão, Confirmação, Matrimônio, Ordem, Unção dos Enfermos) e para a fraternidade em pequenos grupos (grupos de oração, movimentos, pastorais). O “culto” cristão não é individualista; ele se realiza no Corpo de Cristo que é a Igreja. (3) Social e transformadora – O cristão vive sua fé no trabalho, na família, na sociedade em geral e na cultura. A prática da caridade (dar de comer a quem tem fome, visitar doentes, consolar os aflitos, perdoar as ofensas) é considerada um mandamento essencial, inspirada no juízo final descrito em Mateus 25. Ao longo da história, isso gerou hospitais, universidades, orfanatos e movimentos de misericórdia. Ser cristão é, portanto, testemunhar o amor de Cristo na história, lutando por conversão, justiça, paz e dignidade para todos.

1.4.3.2 A Expansão e Perseguições no Império Romano

Nos primeiros séculos, apesar das severas perseguições impostas pelas autoridades, o Cristianismo se espalhou rapidamente pelo Império Romano. A mensagem cristã, universalista em sua essência e centrada na salvação de todos os povos, transcendeu as fronteiras culturais e étnicas do judaísmo, alcançando o vasto mundo greco-romano. Essa expansão foi impulsionada, em grande parte, pelo incansável trabalho missionário de apóstolos como São Paulo, que viajou extensivamente, fundando comunidades cristãs em cidades estratégicas como Antioquia, Corinto e Roma, que se tornariam importantes centros de irradiação da fé.³⁷⁵

Os cristãos eram vistos com profunda desconfiança pelas autoridades romanas por diversas razões. Sua recusa em adorar os deuses tradicionais romanos e, crucialmente, em prestar culto ao imperador, era interpretada como um ato de deslealdade política e uma ameaça à unidade do Estado. Além disso, práticas cristãs como a Eucaristia eram mal compreendidas e geravam acusações infundadas de canibalismo e imoralidade,³⁷⁶ enquanto sua postura de separação dos cultos pagãos os isolava da vida pública e social romana, alimentando preconceitos e hostilidade.

Perseguições brutais, que variaram em intensidade e abrangência, marcaram os primeiros séculos da Igreja. Imperadores como Nero, que culpou os cristãos pelo incêndio de Roma, Domiciano e, especialmente, a Grande Perseguição de Diocleciano, resultaram no martírio de milhares de cristãos em todo o império. Esses fiéis, conhecidos como mártires, preferiam enfrentar a morte a renunciar à sua fé, tornando-se exemplos luminosos de coragem, fidelidade e perseverança que inspiraram muitos outros a abraçar o Cristianismo, paradoxalmente fortalecendo a Igreja.³⁷⁷

³⁷⁵ Para a compreensão da Igreja primitiva, o livro de Atos dos Apóstolos é o texto bíblico mais recomendado. Para um estudo aprofundado da história da Igreja, desde seus primórdios até os dias atuais, a coleção de história da Igreja de Daniel-Rops é uma leitura fortemente sugerida.

³⁷⁶ Práticas cristãs como a Eucaristia eram mal compreendidas e geravam acusações infundadas de canibalismo e imoralidade, enquanto sua postura de separação dos cultos pagãos isolava os cristãos da vida pública e social romana, alimentando preconceitos e hostilidade. Santo Inácio de Antioquia, discípulo de São João, refere-se à Eucaristia como "remédio da imortalidade", mas os pagãos interpretavam literalmente as palavras sobre comer o corpo e beber o sangue de Cristo. Justino Mártir, em sua Apologia, defende os cristãos contra as acusações de canibalismo, explicando que a Eucaristia era uma refeição, embora sacrificial, simbólica e espiritual. Celso, crítico pagão citado por Orígenes, acusava os cristãos de práticas secretas e imorais em suas reuniões. Tertuliano rebate as acusações afirmando que os cristãos eram caluniados por recusarem participar de festividades pagãs, sacrifícios aos deuses e espetáculos públicos considerados imorais. A recusa cristã em participar da vida religiosa pública romana — que permeava política, comércio e lazer — era interpretada como ateísmo e deslealdade ao império, intensificando a perseguição e o isolamento social dos cristãos nas comunidades romanas.

³⁷⁷ As perseguições aos cristãos ocorreram em diferentes períodos e intensidades ao longo dos primeiros séculos. Esses fiéis, conhecidos como mártires, preferiam enfrentar a morte a renunciar à sua fé, tornando-se exemplos luminosos de coragem, fidelidade e perseverança que inspiraram muitos outros a abraçar o Cristianismo, paradoxalmente fortalecendo a Igreja. Sob o imperador Nero (54-68 d.C.), ocorreram as primeiras perseguições sistemáticas em Roma, onde cristãos foram queimados vivos e expostos a animais selvagens. Domiciano (81-96 d.C.)

A perseguição romana teve um resultado oposto ao esperado pelo Império. O sangue dos mártires, como disse Tertuliano, tornou-se semente de novos cristãos e a fé continuou a florescer.³⁷⁸ A mensagem de amor, esperança e salvação, a vida comunitária baseada na caridade, na solidariedade e na igualdade entre os seus membros e a promessa de vida eterna atraíram muitos, especialmente entre as classes mais baixas e marginalizadas da sociedade romana, que encontravam no Cristianismo um sentido de dignidade e de pertencimento. A Igreja demonstrou uma resiliência notável e uma capacidade de adaptação que permitiram a sua sobrevivência e expansão em um ambiente hostil, preparando o terreno para a sua eventual ascensão.³⁷⁹

A difusão do Cristianismo no mundo greco-romano foi significativamente impulsionada também pela conversão de filósofos e intelectuais, como São Justino Mártir, Atenágoras de Atenas e Orígenes, entre outros, que se tornaram apologistas. Esses pensadores, oriundos do ambiente cultural e filosófico da época, utilizaram as ferramentas da razão e da filosofia clássica para defender a fé cristã contra as acusações e mal-entendidos que circulavam no Império. Ao apresentar o Cristianismo não como uma superstição bárbara, mas como a verdadeira filosofia, capaz de responder às mais profundas questões humanas, eles tornaram a nova fé inteligível e atraente para as elites culturais e intelectuais, abrindo caminho para sua aceitação em ambientes mais amplos da sociedade romana.³⁸⁰

Em síntese, o notável crescimento da Igreja primitiva, em um ambiente muitas vezes hostil, pode ser atribuído à confluência de fatores cruciais. Primeiramente, o testemunho comunitário da vida dos primeiros cristãos, caracterizado pela partilha, pela caridade e por uma profunda comunhão, atraía muitos que buscavam um sentido de pertença e esperança. Em segundo lugar, o empenho

intensificou a perseguição, exigindo adoração imperial. Trajano (98-117 d.C.) estabeleceu políticas de intolerância contra cristãos que recusassem sacrificar aos deuses romanos. Décio (249-251 d.C.) promoveu uma perseguição generalizada em todo o império, forçando os cristãos a sacrificar aos deuses ou enfrentar a morte. Valeriano (253-260 d.C.) perseguiu especialmente líderes cristãos e confiscou propriedades da Igreja. Diocleciano (284-305 d.C.) iniciou a Grande Perseguição, a mais severa de todas, destruindo locais de oração e condenando cristãos à morte. Esses mártires — como Santo Inácio, Santo Policarpo, Santa Lourenço, Santa Inês e muitos outros — tornaram-se símbolos de fé inabalável, cujo testemunho de sangue, paradoxalmente, atraiu novos convertidos e consolidou a Igreja primitiva.

³⁷⁸ A frase "o sangue dos mártires tornou-se semente de novos cristãos" é atribuída a Tertuliano e encontra-se em sua obra "Apologia" (Apologeticum), especificamente no capítulo 50, onde ele escreve: "Semen est sanguis Christianorum" (O sangue dos cristãos é semente). Esta passagem é uma das mais célebres da patrística primitiva, refletindo a convicção de que as perseguições, longe de destruir o Cristianismo, paradoxalmente contribuíram para seu crescimento e fortalecimento através do testemunho dos mártires.

³⁷⁹ Esta temática será aprofundada no módulo III de História da Igreja do nosso curso. Para aqueles que desejam estudar mais sobre este assunto, recomenda-se fortemente a obra *História da Igreja*, de Daniel-Rops, publicada pela Editora Quadrante.

³⁸⁰ A obra completa dos Padres Apologistas foi publicada na Coleção Patrística, Volume II, da Editora Paulus. O texto, à semelhança do Volume I sobre os Padres Apostólicos, é altamente recomendado.

missionário incansável de figuras como São Paulo e outros apóstolos e evangelizadores foi fundamental para levar a mensagem do Evangelho para além das fronteiras judaicas, alcançando todo o Império Romano. Além disso, o testemunho de coragem e coerência dos mártires, que preferiam a morte a renunciar à sua fé, serviu como um poderoso catalisador, inspirando novos convertidos e demonstrando a profundidade de sua convicção. Por fim, a conversão de alguns intelectuais romanos, que se tornaram apologistas, utilizando a razão e a filosofia para defender a fé cristã contra as acusações e mal-entendidos da época, ajudou a conferir credibilidade e a atrair a classe intelectual da sociedade.

1.4.3.3 A Era dos Concílios e a Formação da Doutrina

Com o Edito de Milão em 313 d.C., o imperador Constantino, filho de Santa Helena, concedeu liberdade religiosa aos cristãos em todo o Império Romano, pondo fim a séculos de perseguição. Essa mudança radical transformou o Cristianismo de uma religião marginalizada em uma força reconhecida e, posteriormente, na religião oficial do Império (381).³⁸¹ Essa nova realidade trouxe consigo tanto grandes oportunidades para a evangelização e a organização da Igreja quanto desafios significativos, especialmente a necessidade urgente de definir e unificar a sua doutrina diante de diversas heresias que ameaçavam a integridade da fé recém-liberada.³⁸²

³⁸¹ Com o Edito de Milão em 313 d.C., o imperador Constantino, filho de Santa Helena, concedeu liberdade religiosa aos cristãos em todo o Império Romano, pondo fim a séculos de perseguição (67-313). O Edito de Milão não foi propriamente um edito formal, mas um acordo entre Constantino (Ocidente) e Licínio (Oriente) garantindo tolerância religiosa a cristãos e outras religiões, permitindo a restituição de propriedades confiscadas. Essa mudança radical transformou o Cristianismo de uma religião marginalizada em uma força reconhecida e protegida pelo poder imperial. Posteriormente, em 380 d.C., o imperador Teodósio I promulgou o Edito de Tessalônica, declarando o Cristianismo como religião oficial do Império Romano, reconhecendo sua verdade e importância para a vida do Estado e da sociedade. Enquanto o Edito de Milão concedia liberdade e tolerância religiosa, o Edito de Tessalônica estabelecia o reconhecimento oficial da fé cristã como fundamento espiritual do Império. Constantino também convocou o Concílio de Niceia em 325 d.C. para resolver disputas teológicas, consolidando a ortodoxia cristã e a unidade da fé. Com essas mudanças, a Igreja adquiriu liberdade para expandir seu apostolado, exercer influência pastoral e política que moldaria a Europa medieval pelos séculos seguintes, tornando-se guardião da fé e da civilização cristã.

³⁸² Além do problema doutrinário crescente com a liberdade e definição do Cristianismo como religião oficial do Estado, surge a questão da crescente deterioração moral de membros da Igreja, à qual a vida monástica, especialmente a dos Padres do Deserto, oferecerá uma resposta. Com o reconhecimento imperial, muitos ingressavam na Igreja motivados por interesses políticos e sociais em vez de genuína conversão espiritual, comprometendo a integridade moral e disciplina da comunidade cristã. Os Padres do Deserto, ascetas que se retiravam para o deserto egípcio e sírio a partir do século III, buscavam restaurar o fervor apostólico primitivo através da oração intensa, jejum rigoroso e vida contemplativa, oferecendo um modelo de santidade autêntica e dedicação total a Deus. Figuras como Santo Antão, São Pacômio e Santo Macário tornaram-se exemplos luminosos de virtude e sabedoria espiritual, atraindo discípulos e influenciando profundamente a espiritualidade cristã. O movimento monástico que emergiu dessa tradição dos Padres do Deserto consolidou-se como resposta providencial à secularização da Igreja, preservando e renovando o ideal de perfeição evangélica, disciplina espiritual e comunhão com Deus, tornando-se pilar fundamental da vida eclesial medieval e guardião da tradição cristã.

A Era dos Concílios Ecumênicos, iniciada com o Concílio de Nicéia em 325 d.C., foi fundamental para definir os principais dogmas da fé cristã. Nestes concílios, bispos de todo o mundo se reuniam, frequentemente convocados pelos imperadores para garantir a unidade do Império, mas com a autoridade doutrinal e a presidência eclesiástica exercidas pelo Bispo de Roma ou seus legados.³⁸³ Estes eventos serviam para discutir e definir questões teológicas cruciais, como a divindade de Cristo (contra o Arianismo, que negava a divindade plena de Jesus), a natureza da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo como um só Deus em três Pessoas) e as duas naturezas (divina e humana) de Jesus Cristo em uma só Pessoa (contra o Nestorianismo e o Monofisismo).³⁸⁴

O Credo Niceno-Constantinopolitano, por exemplo, é um fruto direto desses concílios e expressa de forma concisa e fiel a fé trinitária e cristológica da Igreja, sendo recitado até hoje em muitas liturgias cristãs como um símbolo de unidade e ortodoxia. Outros concílios importantes, como o de Constantinopla (381 d.C.), Éfeso (431 d.C.) e Calcedônia (451 d.C.), continuaram a aprofundar a compreensão da fé, estabelecendo os fundamentos teológicos que seriam aceitos pela maioria das igrejas cristãs e que formam a base da teologia cristã clássica.

Esses concílios não apenas combateram heresias e preservaram a pureza da fé apostólica, mas também estabeleceram as bases da ortodoxia cristã, moldando a teologia que perdura até hoje e fornecendo um depósito doutrinário sólido para a Igreja. A Patrística, ensinamento dos Padres da Igreja, como Santo Agostinho, São Jerônimo e Santo Atanásio, foi crucial nesse período para a

³⁸³ Embora imperadores como Constantino, Teodósio e Justiniano convocassem os concílios por razões políticas e administrativas, a liderança teológica e a autoridade doutrinal permaneciam nas mãos da hierarquia eclesiástica. O Bispo de Roma, sucessor de Pedro, exercia primazia na definição da fé, frequentemente através de seus legados quando não podia estar presente pessoalmente. No Concílio de Nicéia, o Papa Silvestre I enviou legados para presidi-lo; no Concílio de Calcedônia, o Papa Leão I exerceu autoridade decisiva através de sua carta dogmática (Tomo de Leão), que foi aclamada pelos bispos como expressão da verdade apostólica. Os bispos, reunidos em sínodo ecumênico, agiam sob a orientação do Espírito Santo e da tradição apostólica, não sob imposição imperial. Embora os imperadores pudessem convocar e até influenciar as discussões, não possuíam autoridade para definir dogmas ou pronunciar sentença doutrinária final. A autoridade eclesiástica, especialmente a do Bispo de Roma, permanecia suprema em matérias de fé e moral, consolidando a independência espiritual da Igreja frente ao poder temporal.

³⁸⁴ Concílio de Nicéia I (325): condenou o arianismo e definiu a consubstancialidade do Filho com o Pai (o Filho também é Deus). Concílio de Constantinopla I (381): confirmou a divindade do Espírito Santo e completou o Credo Niceno. Concílio de Éfeso (431): definiu Maria como Theotokos (Mãe de Deus) e condenou o nestorianismo. Concílio de Calcedônia (451): estabeleceu que Cristo é uma única pessoa divina com duas naturezas distintas (divina e humana). Concílio de Constantinopla II (553): reafirmou a Calcedônia contra o monofisismo. Concílio de Constantinopla III (680-681): condenou o monotelismo e afirmou as duas vontades em Cristo. Concílio de Nicéia II (787): legitimou a veneração de ícones contra o iconoclasmo. Com o Concílio de Nicéia II em 787 d.C., encerra-se o período patrístico, dos Padres da Igreja, encerrando uma era de profunda reflexão teológica e definição doutrinal que caracterizou os primeiros sete séculos do Cristianismo.

sistematização da teologia cristã, a interpretação das Escrituras e a defesa da fé contra os ataques filosóficos e religiosos da época, consolidando a identidade intelectual e espiritual da Igreja.³⁸⁵

1.4.4 As Grandes Divisões do Cristianismo

Apesar de sua origem comum e da fé em Jesus Cristo, o cristianismo experimentou grandes divisões ao longo de sua história, o que resultou na formação de diferentes tradições e denominações que moldaram profundamente o cenário religioso e cultural mundial. A seguir, veremos as duas principais rupturas que fragmentaram a unidade da Igreja: o Grande Cisma do Oriente, ocorrido em 1054, que separou as Igrejas do Ocidente e do Oriente, e a Reforma (Revolução) Protestante, iniciada em 1517, que deu origem a um número infindável de denominações sectárias. Analisaremos brevemente as causas teológicas, culturais e políticas por trás desses eventos, bem como suas consequências duradouras para a história do Cristianismo e da civilização ocidental. Por fim, veremos como essas divisões redefiniram a fé cristã e impulsionaram a Igreja a uma reflexão constante sobre sua unidade e missão.

1.4.4.1 O Grande Cisma do Oriente (1054)

A primeira grande divisão do Cristianismo ocorrida em 1054 e conhecida como o Grande Cisma do Oriente, separou a Igreja do Ocidente (com sede em Roma e liderada pelo Papa) da Igreja do Oriente (com seus patriarcados, como Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém). Este evento não foi um rompimento súbito, mas o culminar de séculos de crescentes desentendimentos e afastamentos entre as duas metades do Império Romano, que se manifestaram na esfera teológica, cultural e política, criando uma ruptura profunda na cristandade. A historiografia católica frequentemente enfatiza a gradualidade deste processo e a complexidade das suas causas, evitando simplificações que atribuam a culpa exclusivamente a um lado.

³⁸⁵ A Patrística refere-se ao corpo de ensinamentos dos Padres da Igreja nos primeiros séculos do Cristianismo (século I ao VIII). Os Padres da Igreja foram mestres e líderes católicos reconhecidos pela santidade, ortodoxia doutrinária e autoridade teológica. Através de comentários bíblicos, tratados teológicos e cartas pastorais, eles sistematizaram a teologia cristã, harmonizando a Revelação com a filosofia greco-romana e respondendo a heresias. Figuras como Santo Agostinho, São Jerônimo e Santo Atanásio ofereceram interpretações profundas das Escrituras e defesa intelectual da fé. A Patrística integrava sabedoria espiritual, vida ascética e compromisso pastoral, consolidando a identidade teológica e espiritual da Igreja. Seus escritos constituem a base da Sagrada Tradição e permanecem como referência fundamental para a teologia católica até hoje.

Entre as diferenças teológicas mais significativas, destacam-se a questão do *Filioque* e a primazia do Papa. O *Filioque* refere-se à suposta adição da expressão “e do Filho” ao Credo Niceno-Constantinopolitano pela Igreja Ocidental, que afirma que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, enquanto o Oriente defendia que procede apenas do Pai. Esta diferença, aparentemente sutil, tinha profundas implicações teológicas para a natureza da Trindade e para a relação entre as Pessoas Divinas. Além disso, a Igreja Ocidental defendia a autoridade universal do Bispo de Roma como sucessor de Pedro, com jurisdição sobre toda a Igreja, enquanto o Oriente reconhecia o Papa como o primeiro entre iguais (*primus inter pares*), mas sem jurisdição sobre os outros patriarcas, valorizando a autonomia das Igrejas locais e a colegialidade episcopal.³⁸⁶

As razões políticas e econômicas também contribuíram significativamente para o aprofundamento da divisão. Com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.), Roma perdeu o seu prestígio político e econômico, enquanto Constantinopla emergiu como o centro do poder do Império Bizantino, tornando-se a capital mais influente e próspera do mundo cristão. Este deslocamento do eixo político e econômico para o Oriente enfraqueceu a posição de Roma e reforçou a ascendência de Constantinopla, criando tensões sobre quem deveria exercer a liderança suprema na cristandade. A crise econômica e política do Ocidente, aliada ao fortalecimento de Constantinopla como referência imperial e religiosa, alimentou rivalidades e competições pelo poder eclesiástico, tornando cada vez mais difícil a manutenção de uma unidade cristã sob a autoridade romana.

As diferenças culturais também desempenharam um papel crucial no afastamento, aprofundando as barreiras já existentes. O Ocidente utilizava o latim como língua litúrgica e teológica, enquanto o Oriente empregava o grego, o que dificultava a comunicação e a compreensão mútuas dos assuntos doutrinários e práticos. As práticas litúrgicas também divergiam, com o Ocidente usando pão ázimo na Eucaristia e o Oriente usando pão fermentado, e com diferenças quanto ao celibato clerical (obrigatório no Ocidente para padres, opcional no Oriente para o clero casado). Essas distinções, embora não fossem heréticas em si, contribuíram para uma sensação de

³⁸⁶ O Ocidente interpretava o evangelho de Mateus 16,18-19 como conferindo ao Papa autoridade suprema em matérias de fé e moral, exercendo governo centralizado. O Oriente, reconhecia a honra e precedência do Papa, mas entendia que a autoridade eclesial era colegial, exercida conjuntamente pelos cinco patriarcas em comunhão sinodal. Para o Oriente, o Papa tinha primazia de honra, mas não jurisdição universal que pudesse impor decisões sem consentimento dos patriarcas orientais. Esta divergência fundamental sobre a estrutura da autoridade eclesial — centralizada em Roma versus colegial e sinodal — tornou-se uma das principais causas teológicas do Cisma de 1054, que dividiu a Igreja em Católica Apostólica Romana e Católica Apostólica Ortodoxa.

distanciamento e estranhamento entre as duas tradições, alimentando desconfianças e preconceitos mútuos.

O cisma foi formalizado com a excomunhão mútua entre o Cardeal Humberto (legado papal) e o Patriarca Miguel Cerulário de Constantinopla em 1054, um ato que simbolizou a ruptura definitiva, embora muitos historiadores apontem que o povo comum demorou a perceber a extensão da divisão.³⁸⁷ Apesar dos esforços de diálogo e reconciliação ao longo dos séculos, especialmente após o Concílio Vaticano II, a divisão permanece até hoje, com a Igreja Católica Romana e as Igrejas Ortodoxas Orientais mantendo as suas identidades separadas.³⁸⁸ O Grande Cisma não apenas fragmentou a unidade cristã, mas também teve profundas implicações políticas e culturais, influenciando o desenvolvimento de civilizações distintas no Ocidente e no Oriente europeu e marcando profundamente a história da Cristandade.

1.4.4.2 A Reforma Protestante

A segunda grande divisão, e talvez a mais impactante para o Ocidente, foi a Reforma Protestante, iniciada em 1517 com as 95 Teses de Martinho Lutero³⁸⁹ afixadas na porta da igreja de Wittenberg,

³⁸⁷ Em 1054, o Papa Leão IX enviou o cardeal Humberto a Constantinopla para resolver disputas com o Patriarca Miguel Cerulário sobre práticas litúrgicas (uso de pão ázimo versus fermentado na Eucaristia) e questões disciplinares. As negociações fracassaram devido à intransigência de ambos os lados. No dia 16 de julho de 1054, Humberto entrou na Catedral de Santa Sofia e colocou uma bula de excomunhão sobre o altar, condenando o Patriarca Cerulário e seus seguidores por heresia e cisma. O Patriarca de Constantinopla respondeu excomungando o Cardeal Humberto e os legados papais, declarando-os hereges. Embora, tecnicamente, apenas os indivíduos fossem excomungados, o ato representou simbolicamente a ruptura entre as duas tradições. Paradoxalmente, a maioria dos fiéis orientais e ocidentais continuou em comunhão durante décadas, pois a divisão institucional levou tempo para consolidar-se plenamente. Somente gradualmente, através de conflitos posteriores como as Cruzadas (a partir de 1096), a divisão tornou-se irreversível e amplamente percebida como ruptura definitiva da Cristandade.

³⁸⁸ Atualmente, a divisão entre católicos e ortodoxos persiste, embora com sinais de reconciliação. Em 1965, o Papa Paulo VI e o Patriarca Atanágoras I cancelaram mutuamente as excomuniões de 1054 em gesto simbólico de perdão. Os diálogos ecumênicos oficiais iniciaram-se na década de 1980, buscando resolver diferenças teológicas e disciplinares. Contudo, obstáculos significativos permanecem: questões sobre a primazia papal, celibato clerical, uso de ícones, e questões jurisdicionais em regiões historicamente disputadas (Ucrânia, Balcãs). A invasão russa da Ucrânia em 2022 agravou as tensões, com conflitos entre a Igreja Ortodoxa Ucraniana e a Igreja Católica Ucraniana. Apesar disso, há reconhecimento mútuo de sacramentos em situações emergenciais e respeito católico crescente pela tradição ortodoxa. O Papa Francisco demonstrou grande abertura ecumênica, visitando patriarcas ortodoxos e, a exemplo do Papa São João Paulo II, enfatizando a necessidade da Igreja "respirar com os dois pulmões" (Oriente e Ocidente). A reunificação plena permanece distante, mas o diálogo continua, com esperança de que feridas históricas possam ser gradualmente cicatrizadas através do entendimento mútuo e compromisso com a unidade cristã.

³⁸⁹ Martinho Lutero (1483-1546) nasceu em Eisleben, Alemanha, filho de um mineiro. Após quase morrer em uma tempestade aos 21 anos, fez voto de entrar no convento e tornou-se monge agostiniano em 1505, ordenando-se sacerdote em 1507. Como monge, Lutero era devoto e rigoroso, dedicando-se intensamente ao estudo das Escrituras e à teologia. Sua crise espiritual sobre como obter a justificação divina o levou a questionar as práticas das indulgências na Igreja, culminando nas 95 Teses de 1517. Após sua excomunhão em 1521, Lutero rompeu definitivamente com a vida monástica. Em 1525, casou-se com Catarina de Bora, uma freira que havia deixado o convento, desafiando o celibato clerical obrigatório. Esse casamento, embora tenha produzido seis filhos e uma vida familiar estável, foi considerado escandaloso pela Igreja Católica, simbolizando sua rejeição aos seus votos religiosos. Nos anos seguintes, Lutero tornou-se cada vez mais combativo, não apenas contra Roma, mas também contra os

na Alemanha.³⁹⁰ Lutero, um monge agostiniano e professor de teologia, questionou diversas práticas e doutrinas da Igreja Católica de sua época, especialmente a suposta venda de indulgências, que ele considerava uma distorção da salvação pela graça de Deus e uma exploração da fé dos fiéis.³⁹¹ O pensamento católico reconhece as preocupações legítimas de Lutero quanto aos abusos, mas divergiu de suas soluções teológicas, que levaram à ruptura.

Os princípios fundamentais da Reforma, que se tornaram os pilares do Protestantismo, incluíam: *Sola Scriptura* (somente a Escritura como autoridade máxima de fé, em oposição à Tradição e ao Magistério da Igreja), *Sola Fide* (salvação somente pela fé em Cristo, não pelas obras ou méritos humanos), *Sola Gratia* (salvação somente pela graça de Deus sem necessidade de obras, um dom imerecido), e *Solus Christus* (somente Cristo como mediador entre Deus e os homens, rejeitando a necessidade de sacerdotes como intermediários). Esses “solas” representavam uma profunda reinterpretação da doutrina da salvação e da autoridade religiosa, desafiando séculos de tradição teológica e prática católica e levando à redefinição da própria natureza da Igreja.

A Reforma rapidamente se espalhou pela Europa, impulsionada pela invenção da imprensa, que permitiu a disseminação rápida das ideias reformistas, e pelo apoio de príncipes e nobres que viam na nova fé uma oportunidade de se libertar da influência papal e do Sacro Império Romano-Germânico. Esse movimento deu origem a diversas denominações protestantes, como o Luteranismo (na Alemanha e na Escandinávia), o Calvinismo (com João Calvino, influente na Suíça, França, Escócia e Holanda), o Anglicanismo (na Inglaterra, com a ruptura de Henrique VIII com

anabatistas e outros reformadores que discordavam dele. Seus escritos posteriores continham linguagem violenta e antissemita que mancharam seu legado. Lutero faleceu em 1546, deixando um movimento reformista fragmentado que transformou permanentemente a cristandade ocidental, sendo que suas ações causaram divisão profunda e sofrimento duradouro na Igreja.

³⁹⁰ As 95 Teses de Lutero estavam organizadas de forma sistemática e argumentativa, estruturadas em torno de temas teológicos específicos sobre indulgências e penitência. As primeiras teses (1-4) estabeleciam princípios fundamentais: que o Papa não podia absolver a culpa, apenas declarar o perdão divino, e que a verdadeira penitência era arrependimento interior, não a satisfação externa. As teses seguintes (5-29) abordavam a autoridade papal sobre indulgências, argumentando que o Papa não tinha poder sobre o purgatório e que suas pretensões de autoridade eram excessivas. Um bloco central (30-60) tratava da natureza da penitência genuína, enfatizando que apenas Deus podia conceder perdão real e que a Igreja não deveria comercializar a graça divina. As teses posteriores (61-90) criticavam especificamente os pregadores de indulgências, sua ganância e suposta enganação dos fiéis, denunciando como enriqueciam-se à custa da piedade popular. As últimas teses (91-95) concluíam com afirmações sobre a autoridade das Escrituras e a necessidade de ensino correto sobre arrependimento e fé. A estrutura seguia método escolástico de disputa acadêmica, com argumentos progressivos que construía um caso coerente contra a suposta venda de indulgências, tornando as teses tanto um documento teológico quanto uma denúncia pastoral da corrupção eclesiástica. O pensamento acima, naturalmente, não representa o que a Igreja Católica acredita, mas apenas o que afirmou Martinho Lutero.

³⁹¹ Para melhor aprofundamento sobre a doutrina católica sobre as indulgências, consultar os parágrafos 1471-1479 do Catecismo da Igreja Católica e acessar o material complementar da aula 34.

Roma) e outras igrejas reformadas, cada uma com suas particularidades teológicas e organizacionais e com um impacto duradouro na cultura e na política europeia.

Essa divisão não foi apenas religiosa, mas também teve profundas implicações políticas, sociais e culturais, levando a décadas de guerras religiosas (como a Guerra dos Trinta Anos), à reconfiguração do mapa europeu e ao surgimento de novos Estados-nação.³⁹² A Reforma também impulsionou o desenvolvimento do individualismo, de certa forma, da alfabetização (para que os fiéis pudessem ler a Bíblia por si mesmos)³⁹³ e, para alguns historiadores, contribuiu para o surgimento do capitalismo.³⁹⁴ A Igreja Católica, em resposta, iniciou a sua própria Contra Reforma, buscando reformar-se internamente e combater o avanço protestante, solidificando ainda mais as divisões que persistem até aos dias atuais e marcando o início de uma nova era na história do Cristianismo ocidental.³⁹⁵

³⁹² A Reforma Protestante e a subsequente divisão religiosa da Europa levaram ao surgimento e consolidação de vários Estados-nação, particularmente durante e após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Entre os principais estão: a Prússia, que emergiu como potência protestante sob a Dinastia de Brandemburgo; a Suécia, que se consolidou como grande potência protestante no norte europeu; os Países Baixos (Holanda), que se tornaram independentes da Espanha católica e desenvolveram-se como república protestante; a Inglaterra, que sob Henrique VIII rompeu com Roma e estabeleceu a Igreja Anglicana, consolidando-se como Estado protestante independente; e a França, embora majoritariamente católica, fortaleceu-se como Estado centralizado durante este período. Além disso, a Paz de Westfália (1648), que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, reconheceu formalmente a soberania de diversos Estados alemães protestantes e católicos, reafirmando o princípio de que cada príncipe poderia determinar a religião de seu território. Esses processos marcaram o fim do domínio universal da Igreja Católica medieval e o surgimento do sistema europeu de Estados-nação soberanos, onde o poder político se separava progressivamente da autoridade religiosa.

³⁹³ É importante ressaltar que, embora a Reforma Protestante tenha impulsionado a alfabetização em algumas regiões, a educação não é um trabalho de iniciativa protestante. A Igreja Católica, ao longo de sua história milenar, sempre valorizou o conhecimento e foi responsável pelo início da educação pública, pela fundação de universidades e colégios em diversos lugares do mundo, incluindo as colônias, educando vastas populações. Além disso, a Igreja Católica teve um papel fundamental no desenvolvimento científico e cultural, com inúmeros clérigos e instituições católicas contribuindo para descobertas científicas significativas e para o progresso social em geral, demonstrando que a busca pelo saber é intrínseca à sua tradição.

³⁹⁴ A tese de que o Protestantismo contribuiu para o surgimento do capitalismo moderno é fundamentada na obra clássica de Max Weber, sociólogo alemão, que, em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (1905), argumenta que a ética calvinista — particularmente a doutrina da predestinação e a valorização do trabalho como vocação divina — criou uma mentalidade favorável à acumulação de capital. Para Calvino e seus seguidores, o sucesso econômico era sinal de eleição divina, incentivando o trabalho árduo, a poupança e o reinvestimento de lucros, sem culpa pelo enriquecimento (diferentemente da ética católica medieval que via a riqueza com suspeita). R.H. Tawney, em "Religion and the Rise of Capitalism" (1926), expandiu essa análise, mostrando como o Protestantismo dessacralizou a vida econômica, permitindo que negócios fossem conduzidos sem interferência eclesiástica. Ernst Troeltsch, em "The Social Teaching of the Christian Churches" (1931), reafirma que a ética protestante favoreceu a mentalidade empreendedora. David Landes, em "The Wealth and Poverty of Nations" (2000), argumenta que a ética protestante de disciplina, educação e responsabilidade individual acelerou o desenvolvimento capitalista. Críticos como Rodney Stark questionam essa causalidade direta, mas a conexão entre Protestantismo e capitalismo permanece tema central na historiografia econômica.

³⁹⁵ Normalmente os protestantes argumentam que Martinho Lutero, com a doutrina da livre interpretação da Bíblia, incentivou a leitura da Sagrada Escritura, algo que a Igreja Católica considerava proibido. Na verdade, até a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, aproximadamente em 1440, cada cópia da Sagrada Escritura era um trabalho manual que demandava muito tempo, o que tornava impossível que cada pessoa possuísse sua própria Bíblia. Além disso, a interpretação da Bíblia era algo complexo e deveria ser feita sempre em unidade com o Magistério da Igreja. Merece destaque também o papel fundamental e exclusivo da Igreja Católica na definição dos cânons bíblicos e na

1.4.5 A Resposta Católica: Contra Reforma e Divisão Protestante Pós-Reforma

Diante da Reforma Protestante, a Igreja Católica não permaneceu inerte, mas empreendeu um movimento vigoroso de renovação interna e reafirmação doutrinal conhecido como Contra Reforma ou Reforma Católica. Esta seção explorará o papel central do Concílio de Trento como o principal instrumento dessa renovação, destacando as suas decisões doutrinárias e disciplinares que moldam a Igreja, como a reafirmação dos sete sacramentos, a criação dos seminários para a formação do clero e reiterando a transubstanciação na Eucaristia. Em seguida, analisaremos a contínua diversificação do Cristianismo pós-Reforma, com o surgimento de novas denominações cristãs, e a visão católica sobre essa pluralidade. O objetivo desta parte do estudo é compreender como a Igreja Católica respondeu aos desafios da Reforma Protestante, consolidou a sua identidade e, mais recentemente, buscou o diálogo ecumênico, mantendo a sua missão evangelizadora e a sua função de guardiã do depósito da fé.

1.4.5.1 O Concílio de Trento (1545-1563)

O principal instrumento da Contra Reforma foi o Concílio de Trento, que se reuniu em várias sessões entre 1545 e 1563, durante um período de grande turbulência religiosa e política na Europa. Convocado em resposta direta aos desafios teológicos e disciplinares levantados pelos reformadores protestantes, o Concílio teve a dupla tarefa de reafirmar as doutrinas católicas questionadas e de implementar importantes reformas internas para combater a corrupção e fortalecer a disciplina eclesiástica.³⁹⁶ A longa duração do Concílio e as suas frequentes interrupções evidenciam a complexidade das questões debatidas e as tensões políticas da época.

preservação da Sagrada Escritura desde os primórdios do cristianismo até o momento da criação da imprensa, trabalho que foi essencial para que a Bíblia pudesse ser impressa e os cristãos tivessem acesso a ela nos dias de hoje.

³⁹⁶ O Concílio de Trento implementou reformas na Igreja através de medidas concretas e rigorosas. Quanto ao combate à corrupção, reconheceu que haviam abusos na concessão de indulgências — embora a prática em si fosse teologicamente legítima — regulamentando (reafirmando) sua aquisição apenas em casos legítimos de arrependimento genuíno e proibindo sua comercialização. Eliminou a simonia (venda de cargos eclesiásticos), punindo severamente clérigos que vendessem benefícios. Proibiu o pluralismo, impedindo que um clérigo acumulasse múltiplos benefícios e rendas, obrigando bispos e padres a residirem em suas dioceses e paróquias, evitando absenteísmo (ausência prolongada) que permitia corrupção. Quanto à disciplina eclesiástica, o Concílio instituiu seminários diocesanos obrigatórios para formação adequada de padres, elevando o nível intelectual e moral do clero. Estabeleceu código de conduta rigoroso: reafirmou o celibato obrigatório e proibiu comportamentos considerados escandalosos, como a frequência a bares e jogos de azar. Criou visitas episcopais regulares para inspecionar conventos e paróquias, verificando o cumprimento das normas eclesiásticas. Reforçou a autoridade dos bispos sobre o clero local, permitindo a imposição de punições por má conduta. Instituiu o Santo Ofício para investigar heresia e desvios doutrinários. Essas medidas transformaram gradualmente a Igreja, restaurando sua credibilidade e demonstrando autocrítica, embora a implementação completa da reforma tenha levado décadas e encontrado resistências locais.

O Concílio de Trento abordou as críticas dos reformadores de forma sistemática, reafirmando as doutrinas católicas fundamentais. Declarou que a Escritura e a Tradição Apostólica são fontes de revelação divina, em oposição ao princípio *Sola Scriptura* protestante. Reafirmou a necessidade da fé e das obras para a salvação, condenando o *Sola Fide* e defendendo a doutrina dos sete sacramentos como canais da graça divina. Além disso, reiterou a transubstanciação na Eucaristia, a existência do Purgatório, a veneração dos santos e das relíquias, e a autoridade do Papa como sucessor de Pedro e cabeça da Igreja universal.³⁹⁷

Para além das definições doutrinárias, o Concílio de Trento implementou reformas disciplinares cruciais que visavam purificar a Igreja de abusos e fortalecer a vida clerical e pastoral. Foram criados seminários para assegurar a formação adequada e sistemática do clero, garantindo que os sacerdotes fossem bem instruídos e moralmente íntegros. Proibiu-se a acumulação de benefícios eclesiásticos e exigiu-se que os bispos residissem em suas dioceses, dedicando-se ao cuidado pastoral de seus rebanhos. Essas medidas buscavam restaurar a credibilidade e a santidade da hierarquia eclesiástica, que havia sido alvo de crescentes críticas, especialmente depois da segunda metade da Idade Média.³⁹⁸

O Concílio de Trento deu início a um período de renovação espiritual e institucional na Igreja Católica, que se estenderia ao longo de séculos. Novas Ordens religiosas foram criadas para promover a educação, a evangelização e a defesa da fé católica em todo o mundo, destacando-se a Companhia de Jesus (jesuítas), fundada por Santo Inácio de Loyola, e a Ordem do Carmelo Descalço, fundada por Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz, que impulsionaram a reforma espiritual da Igreja por meio da contemplação e da vida mística. A arte barroca foi utilizada para expressar a grandiosidade da fé católica e inspirar devoção. Em poucas palavras, após o Concílio

³⁹⁷ O Concílio de Trento produziu diversos decretos e documentos que sintetizam suas decisões. Os principais foram: Decreto sobre a Tradição (Sessão IV, 1546), estabelecendo que a Tradição Sagrada possui autoridade igual às Escrituras; Decreto sobre a Justificação (Sessão VI, 1547), reafirmando que a salvação resulta de fé e obras, contra a *Sola Fide* protestante; Decreto sobre os Sacramentos (Sessão VII, 1547), confirmando os sete sacramentos e sua eficácia; Decreto sobre as Indulgências (Sessão XXV, 1563), regulamentando sua concessão e proibindo sua comercialização; Decreto sobre a Reforma do Clero (Sessão XXV, 1563), instituindo seminários, proibindo o pluralismo (acúmulo de cargos) e exigindo residência episcopal; Decreto sobre as Imagens (Sessão XXV, 1563), reafirmando a veneração de santos e relíquias; Decreto sobre o Purgatório (Sessão XXV, 1563), confirmando sua existência contra a heresia protestante. Além disso, o Concílio publicou o Catecismo Romano (1566), documento doutrinário que sistematizava os ensinamentos católicos em resposta ao protestantismo. Esses decretos foram compilados sob forma de cânones condenatórios que explicitamente rejeitavam as posições protestantes. O conjunto desses documentos constituiu a base da Reforma Católica, reafirmando a identidade católica e estabelecendo normas que perduraram até o Concílio Vaticano II (1962-1965).

³⁹⁸ Para maiores informações sobre o Concílio de Trento, recomenda-se: Daniel Rops. *A Igreja da Renascença e da Reforma*, cap. 8

de Trento, a Igreja Católica tornou-se mais forte, mais coesa e com uma identidade doutrinal mais clara, mas a divisão com o protestantismo já estava consolidada e os conflitos religiosos assolariam a Europa por décadas, marcando profundamente a história do continente.³⁹⁹

1.4.5.2 A Diversificação Pós-Reforma e a Visão Católica

A atitude cismática de Lutero se opõe radicalmente às atitudes de santos como Bernardo de Claraval, Francisco de Assis, Domingos de Gusmão e Teresa de Ávila, que, diante das crises na Igreja e do mau comportamento de seus membros, decidiram contribuir para sua renovação por meio do testemunho e das ações de santidade, e não pela separação e criação de uma nova igreja. Esta postura protestante contrasta profundamente com o mandato de unidade que Jesus deixou ao rezar para que seus seguidores fossem um (Jo 17,20-21). A separação causada por Lutero em 1517 e seus sucessores provocou uma ruptura tão profunda que as mais de quarenta mil denominações protestantes, baseadas na livre interpretação da Bíblia, não conseguem sequer concordar sobre os elementos mais fundamentais do cristianismo, como a divindade de Cristo e qual dia da semana deve ser sagrado. Enquanto alguns interpretam essa diversidade como sinal de vitalidade e adaptação da fé a diferentes contextos, a Igreja Católica lamenta profundamente a perda da unidade visível do Corpo de Cristo, demonstrando que a melhor resposta diante das crises eclesiais é a busca pela santidade e não a divisão, caminho naturalmente mais exigente e transformador.

No século XX, por exemplo, o pentecostalismo e o neopentecostalismo protestante emergiram como forças poderosas, enfatizando a experiência pessoal com o Espírito Santo, os dons espirituais (como falar em línguas, curar e profetizar) e uma abordagem mais carismática e emocional da fé. Esses movimentos, muitas vezes com um crescimento explosivo em regiões como a América Latina, a África e a Ásia, embora atraíam milhões de fiéis com sua mensagem de esperança e

³⁹⁹ Os conflitos religiosos entre católicos e protestantes assolaram a Europa durante séculos. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), travada principalmente na Alemanha, foi a mais devastadora, matando aproximadamente um terço da população alemã e envolvendo potências católicas (Habsburgo, França) e protestantes (Suécia, Dinamarca, Palatinado). As Guerras de Religião na França (1562-1598) opuseram católicos contra huguenotes (protestantes franceses) em oito conflitos sangrentos, culminando no Massacre da Noite de São Bartolomeu (1572), que matou milhares de protestantes. Na Inglaterra, a Reforma protestante de Henrique VIII gerou perseguição de católicos durante o seu reinado e de protestantes sob Maria I, a "Rainha Sangrenta" (1553-1558). Nos Países Baixos, a revolta contra o domínio católico espanhol (1568-1648) combinou motivações religiosas e políticas. A Irlanda sofreu séculos de conflito entre católicos nativos e colonos protestantes ingleses, deixando cicatrizes que perduram. A Suíça também enfrentou guerras civis entre católicos e protestantes locais. A Polônia e a Boêmia vivenciaram tensões religiosas que desestabilizaram os reinos. Esses conflitos causaram morte em massa, destruição de cidades, fome e deslocamento populacional, marcando profundamente a história europeia e demonstrando como divisões religiosas geraram violência sistemática durante séculos.

transformação pessoal, representam, na perspectiva católica, mais uma manifestação da fragmentação cristã não desejada por Jesus. Aspectos como o intenso apelo emocional, a ênfase excessiva em promessas de milagres, de prosperidade material e a frequente solicitação (exigência) de altas contribuições financeiras são vistos como desvios da genuína mensagem evangélica. Além disso, ao se desenvolverem fora da plena comunhão com a Igreja Católica, fundada por Jesus, essas expressões rompem com a sucessão apostólica e, conseqüentemente, com a plenitude doutrinal e sacramental que a Igreja busca preservar, distanciando-se da essência fundamental da fé transmitida pelos apóstolos.

Para o leigo católico em um curso de teologia, é essencial compreender que, em meio a essa extensa e complexa história de divisões e diversificações, a Igreja Católica permanece a guardiã da plenitude da fé transmitida pelos apóstolos, por meio de uma sucessão apostólica ininterrupta. Embora reconheça a validade do batismo e a presença de elementos de santificação e de verdade em outras comunidades cristãs, a Igreja Católica permanece, em sua totalidade, como a Igreja de Cristo, mantendo a plenitude dos sacramentos e a unidade sob a autoridade do Sucessor de Pedro.⁴⁰⁰ Essa visão é expressa em documentos como o *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II e a *Declaração Dominus Iesus*, da Congregação para a Doutrina da Fé (2000).

O diálogo ecumênico contemporâneo, impulsionado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), representa um esforço significativo da Igreja Católica para promover a reconciliação e a compreensão mútua entre as diferentes tradições cristãs. Este diálogo não visa à absorção das outras comunidades cristãs, mas à busca da unidade visível do Corpo de Cristo, reconhecendo o que há de bom e verdadeiro fora de suas fronteiras e trabalhando para superar as divisões históricas, sempre com a esperança de um dia restaurar a unidade plena da Igreja, conforme a oração de Jesus: "para que todos sejam um" (Jo 17,21).

1.4.6 O Impacto da Modernidade e os Desafios Contemporâneos

A modernidade, impulsionada pelo Iluminismo e pela Revolução Científica, trouxe profundas transformações sociais, políticas e intelectuais que desafiaram as religiões, especialmente o Cristianismo, a redefinir seu papel e sua relação com o mundo. Esta seção explorará como o Iluminismo e o avanço científico promoveram a secularização e questionaram verdades religiosas estabelecidas, forçando a Igreja a confrontar novas ideologias políticas e a reavaliar sua posição no

⁴⁰⁰ Concílio Vaticano II, *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, n. 8; *Ibid.*, *Decreto Unitatis Redintegratio*, n. 3.

ambiente público. Em seguida, abordaremos a resposta da Igreja Católica a esses desafios por meio do Concílio Vaticano II, um momento marcante que buscou um "aggiornamento" – uma atualização – católico para dialogar mais eficazmente com o mundo contemporâneo, renovando a liturgia, a eclesiologia e a abertura da Igreja ao diálogo com a sociedade em geral.

1.4.6.1 Iluminismo, Ciência e Secularização

A partir do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, e com o advento da modernidade, as religiões, e o cristianismo em particular, enfrentaram novos e significativos desafios. O avanço da ciência, a valorização da razão como principal fonte de conhecimento e o surgimento de filosofias seculares questionaram muitas verdades e dogmas religiosos que haviam sido aceitos por séculos sem contestação. A Igreja Católica, que por muito tempo foi uma força dominante na Europa, viu sua influência diminuir em algumas esferas, à medida que a sociedade se tornava cada vez mais plural e secularizada, com a fé passando a ser vista por muitos como uma questão privada e não mais como o fundamento da ordem social.⁴⁰¹

A Revolução Científica, com descobertas como o heliocentrismo de Copérnico e Galileu, e posteriormente a teoria da evolução de Darwin, gerou tensões consideráveis entre a fé e a ciência. Muitos viram essas descobertas como contraditórias às narrativas bíblicas literais, o que levou a debates acalorados e, por vezes, a uma polarização entre o pensamento religioso e o científico. A Igreja Católica, embora inicialmente resistente a algumas dessas ideias, tem buscado, ao longo do tempo, uma compreensão mais profunda da relação entre fé e razão, afirmando que ambas são caminhos para a verdade e que não há contradição fundamental entre elas quando bem compreendidas, como defendido por pensadores, tais como São João Paulo II, em sua encíclica *Fides et Ratio*.

A modernidade trouxe consigo também o desenvolvimento de ideologias políticas e sociais que, em alguns casos, se opuseram abertamente à religião. O comunismo, por exemplo, promoveu o ateísmo estatal e a perseguição religiosa, enquanto o liberalismo enfatizou a separação entre Igreja e Estado e a liberdade individual de crença, o que levou a uma diminuição da influência direta da Igreja na legislação e na vida pública em muitos países. Assim, a Igreja precisou se

⁴⁰¹ Este resumo da história da Igreja, mesmo que brevemente apresentado, nos ajuda a compreender algumas das origens dos conflitos entre religião e Estado na Europa e em suas colônias na América.

adaptar a um novo cenário onde sua voz era apenas uma entre muitas e onde a adesão à fé se tornava cada vez mais uma escolha pessoal em vez de uma tendência social ou cultural.⁴⁰²

Esses desafios da modernidade exigiram da Igreja uma profunda reflexão sobre sua identidade e missão no mundo. A perda de seu poder temporal e a ascensão de uma mentalidade secular impulsionaram a Igreja a focar-se mais em suas dimensões espirituais e pastorais. Documentos papais e conciliares do século XIX e do início do XX, como o *Syllabus Errorum* e o Concílio Vaticano I como um todo, inicialmente adotaram uma postura mais defensiva. No entanto, a necessidade de um diálogo mais construtivo com o mundo moderno tornava-se cada vez mais evidente, preparando o terreno para uma renovação profunda.

1.4.6.2 O Concílio Vaticano II: Renovação e Diálogo

Diante dos desafios da modernidade e da necessidade de comunicar-se com um mundo em constante mudança, a Igreja Católica convocou o Concílio Vaticano II (1962-1965). Este foi um evento de enorme proporção, que reuniu bispos de todo o mundo e marcou um ponto de virada na história recente da Igreja. O Concílio naturalmente não alterou os dogmas fundamentais da fé, mas buscou um "aggiornamento" da Igreja, para que ela pudesse dialogar de forma mais eficaz com o mundo contemporâneo e responder às suas necessidades, abrindo-se a uma nova era de relacionamento com a sociedade.⁴⁰³

Uma das principais ênfases do Vaticano II foi a renovação litúrgica, que resultou na celebração da Missa na língua vernácula (em vez do latim), na maior participação ativa dos leigos na liturgia e na valorização da Palavra de Deus por meio de uma leitura mais abundante das Escrituras. O Concílio também promoveu uma eclesiologia mais abrangente, enfatizando a Igreja como o "Povo de Deus" em sua totalidade, e a vocação universal à santidade, não apenas para o clero e os

⁴⁰² A Igreja, reconhecendo os desafios da modernidade e a transformação do contexto religioso europeu onde a fé deixava de ser pressuposto cultural para tornar-se escolha pessoal, buscou reposicionar-se através do Concílio Vaticano II (1962-1965). A Constituição Pastoral "*Gaudium et Spes*" (1965) marcou essa abertura ao mundo moderno, reconhecendo os "sinais dos tempos" e a necessidade de diálogo com a cultura contemporânea. Neste processo, a Declaração "*Dignitatis Humanae*" (1965) estabeleceu o direito fundamental à liberdade religiosa e de consciência, reconhecendo que a adesão à fé é um direito pessoal inalienável. Já a Encíclica "*Evangelii Nuntiandi*" (1975) de Paulo VI refletiu sobre estratégias de evangelização em contexto de secularização onde a religião não era mais uma estrutura social automática. Posteriormente, a Encíclica "*Fides et Ratio*" (1998) de São João Paulo II e a Exortação "*Evangelii Gaudium*" (2013) do Papa Francisco aprofundaram essa reflexão sobre o diálogo com o mundo pluralista e descrentizado, demonstrando a adaptação contínua da Igreja ao novo cenário onde sua voz é uma entre muitas vozes no espaço público.

⁴⁰³ Concílio Vaticano II, *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, n. 4.

religiosos, mas para todos os batizados. Essa nova compreensão da Igreja buscou valorizar o papel dos leigos e a corresponsabilidade de todos os membros na sua missão evangelizadora.⁴⁰⁴

Além disso, o Vaticano II abriu as portas para um diálogo mais intenso com outras religiões e com o mundo secular. Documentos como *Nostra Aetate* (Sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs) expressaram um novo respeito pela liberdade de consciência e um reconhecimento dos valores e sementes da verdade presentes em outras tradições religiosas, superando posturas anteriores de predominância católica. *Dignitatis Humanae* (Sobre a Liberdade Religiosa) estabelece o direito fundamental de cada pessoa à liberdade religiosa, um marco na relação da Igreja com os direitos humanos e a modernidade.⁴⁰⁵

O Concílio também impulsionou decisivamente o movimento ecumênico, buscando a unidade com outras denominações cristãs. Reconheceu os elementos de santificação e de verdade presentes nelas e promoveu o diálogo e a cooperação, marcando uma mudança significativa de uma postura de condenação para uma de busca de entendimento e de unidade. O Vaticano II, portanto, não foi apenas um evento interno da Igreja, mas um diálogo com o mundo, buscando apresentar a mensagem cristã de forma relevante e compreensível para a humanidade do século XX e para as gerações futuras.

1.4.7 O Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso: Caminhos para a Unidade e a Missão no Terceiro Milênio

A partir do Concílio Vaticano II, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso tornaram-se realidades importantes da missão da Igreja Católica, refletindo uma compreensão mais profunda de sua

⁴⁰⁴ O Concílio Vaticano II representou um marco fundamental na redefinição do papel dos leigos na Igreja Católica, superando uma visão tradicional que priorizava a ação pastoral clerical. O documento conciliar *Lumen Gentium* (Constituição Dogmática sobre a Igreja) enfatiza que todos os batizados, clérigos e leigos, participam do sacerdócio comum de Cristo e têm responsabilidades ativas na missão evangelizadora da Igreja. Os leigos não são simplesmente auxiliares do clero, mas sujeitos plenos da vida eclesial, chamados a exercer o seu apostolado nos ambientes onde vivem: família, trabalho, comunidade e sociedade civil. O Concílio reconhece também que os leigos, pelo batismo e pela confirmação, recebem carismas e dons do Espírito Santo que os capacitam para o testemunho de fé e para transformar o mundo de acordo com os valores do Evangelho. Desta forma, a Igreja deixa de ser compreendida apenas como instituição hierárquica vertical para ser concebida também como "Povo de Deus", onde cada membro contribui, segundo sua vocação específica, para a santidade e a missão da comunidade eclesial. Esta abertura conciliar, quando bem compreendida, representou aos leigos uma verdadeira revolução pastoral que continua orientando a vida da Igreja contemporânea. Para o aprofundamento da temática, sugere-se a leitura da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (sobre a Igreja), cap. IV: "O Povo de Deus", n. 30-38; ver também: Decreto *Apostolicam Actuositatem* (sobre o Apostolado dos Leigos); cf. ainda João Paulo II, Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo), n. 3-5.

⁴⁰⁵ Leitura breve e muito recomendada para quem deseja aprofundar a temática.

relação com outras comunidades de fé e com o mundo. Considerando a relevância desta temática, esta seção distinguirá o ecumenismo, focado na unidade entre os cristãos, do diálogo inter-religioso, que busca a compreensão com outras grandes religiões do mundo. Em seguida, abordaremos os desafios e as esperanças que a Igreja Católica enfrenta ao adentrar o terceiro milênio, incluindo a secularização, a crise de fé e a necessidade de uma nova evangelização em um mundo globalizado e digital, destacando o papel crucial do leigo nesta missão.

1.4.7.1 Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso: Distinções e Importância

O ecumenismo, que se refere ao esforço para promover a unidade entre os cristãos, reconhece que as divisões históricas são uma ferida no Corpo de Cristo e um escândalo para o mundo, dificultando o testemunho comum do Evangelho. A Igreja Católica, embora mantenha a convicção de ser a Igreja de Cristo em sua plenitude, busca ativamente a reconciliação com as Igrejas Ortodoxas e as comunidades protestantes. Isso se dá através do diálogo teológico, da oração em comum, da cooperação em questões sociais e humanitárias e do reconhecimento mútuo dos dons e valores presentes em cada tradição cristã, conforme delineado no decreto *Unitatis Redintegratio*.⁴⁰⁶

O diálogo inter-religioso, por sua vez, estende-se para além do Cristianismo, buscando a compreensão e o respeito mútuo com as grandes religiões do mundo, como o Judaísmo, o Islamismo, o Hinduísmo e o Budismo. A Igreja reconhece que Deus age de maneiras misteriosas, que há sementes da verdade e da graça em todas as culturas e religiões, e que o Espírito Santo pode estar atuando fora das fronteiras visíveis da Igreja. O objetivo desta forma de pensar não é o sincretismo, que mistura as crenças, mas sim construir pontes de entendimento, promover a paz e colaborar em causas comuns, como a justiça social, a defesa da vida desde sua concepção até a

⁴⁰⁶ O Decreto *Unitatis Redintegratio* (Decreto sobre o Ecumenismo) é um documento fundamental do Concílio Vaticano II que, para muitos, marca a abertura oficial da Igreja Católica ao diálogo ecumênico com outras denominações cristãs. O decreto reconhece que existem elementos de verdade e santidade fora da Igreja Católica, presentes nas comunidades protestantes e ortodoxas, e que o ecumenismo não é mera estratégia diplomática, mas uma exigência do Evangelho e a vontade de Cristo. Em poucas palavras, *Unitatis Redintegratio* estabelece os princípios para o diálogo inter-religioso, enfatizando a necessidade de conversão interior, oração comum e colaboração prática entre cristãos de diferentes tradições. O documento afirma que as divisões entre os cristãos prejudicam o testemunho da fé, a missão evangelizadora e convida todas as comunidades cristãs a trabalhar pela restauração da unidade visível. Assim, *Unitatis Redintegratio* representa uma mudança paradigmática na atitude da Igreja Católica frente às outras confissões cristãs, passando de uma posição de rejeição para uma postura de certo reconhecimento, respeito e busca conjunta pela unidade na diversidade.

morte natural, a proteção do meio ambiente e a promoção da dignidade humana, sempre testemunhando a própria fé cristã.⁴⁰⁷

Esses esforços de diálogo e unidade são fundamentais em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, em que as fronteiras culturais e religiosas se tornam mais desafiadoras. As religiões, que por vezes foram fonte de conflito e divisão, são chamadas a ser instrumentos de paz e reconciliação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Para isso, o diálogo, tanto ecumênico quanto inter-religioso, exige humildade, escuta atenta e profunda fé na própria identidade, permitindo que o encontro com o outro enriqueça a compreensão da própria verdade.

Para o leigo católico, participar desses diálogos significa cultivar uma mente aberta, um coração acolhedor e uma fé madura, capaz de discernir a verdade e o bem em diferentes tradições, sem comprometer a própria identidade católica, mas enriquecendo-a por meio do encontro com o outro. Isso implica um compromisso com a formação contínua, a oração e o testemunho de vida, sendo uma ponte de diálogo e compreensão em seus respectivos ambientes, contribuindo ativamente para a missão da Igreja em um mundo plural.

1.4.7.2 A Igreja no Terceiro Milênio: Desafios e Esperanças

Ao adentrar o terceiro milênio, a Igreja Católica enfrenta uma série de desafios complexos, mas também é alimentada por grandes esperanças. A secularização crescente em muitas partes do mundo ocidental, a crise de fé em algumas regiões, os escândalos que abalaram a credibilidade da instituição e a necessidade de se adaptar a uma cultura digital e globalizada são apenas alguns dos obstáculos que exigem respostas criativas e corajosas. No entanto, a Igreja continua a ser uma força vital em muitas partes do mundo, especialmente na África, na Ásia e na América Latina, onde o cristianismo experimenta um crescimento significativo e dinâmico.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ A doutrina católica estabelece uma distinção clara entre o diálogo inter-religioso legítimo e o sincretismo religioso condenável. O diálogo autêntico com outras religiões, conforme ensinado pelo Concílio Vaticano II e desenvolvido pelo magistério papal, baseia-se no respeito pela dignidade e liberdade religiosa de cada pessoa, reconhecendo elementos de verdade presentes em diferentes tradições religiosas, sem comprometer a identidade e integridade da fé católica. A Igreja valoriza o encontro fraterno, a colaboração em causas comuns, como a justiça social, a paz e a busca mútua de compreensão. Contudo, a doutrina católica rejeita o sincretismo, que consiste na fusão indiscriminada de elementos de diferentes religiões, criando uma mistura confusa que enfraquece a autenticidade de cada tradição e compromete a verdade revelada. O sincretismo ignora as diferenças genuínas entre as religiões e reduz a fé a um relativismo que nega a unicidade de Cristo como salvador. O diálogo inter-religioso verdadeiro, portanto, exige clareza doutrinária, fidelidade aos princípios católicos e abertura respeitosa ao outro, sem cair na tentação de diluir conteúdos essenciais da fé em nome de uma falsa unidade.

⁴⁰⁸ O crescimento da Igreja Católica na África, Ásia e América Latina representa um fenômeno eclesial significativo do século XXI, marcado pela vitalidade espiritual e expansão numérica. Na África, a Igreja experimenta um crescimento

A evangelização em um mundo pós-moderno exige novas abordagens, que vão além da mera transmissão da doutrina. Trata-se de testemunhar a alegria do Evangelho, de viver uma fé autêntica e de oferecer um sentido de comunidade e propósito em um mundo muitas vezes fragmentado, individualista e em busca de significado. Para o leigo católico, o futuro da Igreja depende, em grande parte, de sua participação ativa e consciente. Por isso, como nos mostra este nosso curso, a teologia não é apenas para o clero, mas para todos os batizados, que são chamados a aprofundar sua fé, a viver os valores do Evangelho em sua vida cotidiana e a serem sal e luz no mundo, transformando as realidades temporais com o espírito cristão. Pensando nisso, o Concílio Vaticano II enfatizou a vocação universal à santidade e o papel insubstituível dos leigos na missão da Igreja, atuando como fermento na massa do mundo.

Em poucas palavras, a história das religiões nos mostra que a fé é uma jornada contínua, marcada por desafios e renovações, mas sempre impulsionada pela busca incessante do ser humano por Deus e pela promessa de que as portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja de Cristo (Mt 16, 18). A esperança reside na fidelidade ao Evangelho, na renovação constante da vida cristã e na confiança inabalável na ação do Espírito Santo, que continua a guiar a Igreja através dos tempos, capacitando-a a enfrentar os desafios e a cumprir sua missão de ser sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Conclusão

A história das religiões é a história da alma humana buscando Deus, "para que O pudesse encontrar, ainda que às apalpadelas" (At 17,27). O panteísmo intui a Sua presença na criação, reconhecendo o divino como imanente ao cosmos. O politeísmo fragmenta os Seus atributos em múltiplas divindades, tentando compreender a complexidade do sagrado através de várias personificações. O monoteísmo filosófico O alcança como Causa Primeira, como o Ser Necessário que fundamenta toda a realidade. Por fim, o monoteísmo revelado em Israel O conhece como Deus Único e Santo, estabelecendo uma relação pessoal e de aliança com a humanidade.

acelerado, com aumento de vocações sacerdotais e religiosas, fortalecimento das comunidades paroquiais e maior protagonismo dos leigos na vida pastoral. Na Ásia, apesar de contextos de minoria cristã em sociedades predominantemente não-cristãs, a Igreja cresce através de conversões, educação católica e testemunho de caridade, especialmente nas Filipinas, Indonésia, Coreia do Sul, Vietnã e Índia. Na América Latina, embora enfrente o desafio do protestantismo pentecostal, a Igreja mantém presença massiva e influência cultural significativa, com renovação pastoral através de diferentes movimentos pastorais e novas comunidades. Este crescimento dinâmico reflete não apenas expansão numérica, mas também aprofundamento da fé, inculturação do Evangelho nas realidades locais e engajamento social.

Todas estas estradas, contudo, por mais verdadeiras que sejam nos raios de luz que contêm, convergem para uma única Pessoa: Jesus de Nazaré. Nele, o Deus transcendente torna-se imanente, descendo ao nível da criatura para nos elevar à Sua altura. Nele, a distância infinita entre o Criador e a criatura é transposta não por um esforço humano, mas pela iniciativa divina do amor. Nele, o desejo de união com o divino, presente no panteísmo e nos mistérios das religiões antigas, realiza-se não por uma fusão cósmica que anula a identidade pessoal, mas por uma comunhão de amor verdadeiramente pessoal e transformadora. Nele, as intuições mais profundas da filosofia encontram a "Loucura de Deus que é mais sábia que os homens" (1 Cor 1,25), revelando que a verdade suprema não é uma abstração, mas uma Pessoa viva que nos ama e nos chama à comunhão.

Jesus, ao longo de Seu ministério terrestre, formou um grupo de apóstolos escolhidos para serem Suas testemunhas e continuadores de Sua missão. Esses homens, inicialmente simples e imperfeitos, foram transformados pela graça de Cristo e pela efusão do Espírito Santo em Pentecostes. Jesus fundou Sua Igreja sobre a rocha de Pedro, conferindo-lhe as chaves do Reino dos Céus e prometendo que as portas do inferno não prevaleceriam contra ela (Mateus 16,18-19). Essa Igreja, que Jesus instituiu pessoalmente e que recebeu o Espírito Santo como Seu guia perpétuo, subsiste na Igreja Católica, Apostólica, Romana, que mantém a sucessão apostólica ininterrupta desde os apóstolos até os dias de hoje. A Igreja é o corpo vivo de Cristo, continuando Sua obra de salvação, santificação e evangelização ao longo dos séculos, até o fim dos tempos.

Para o leigo católico, estudar esta história não é diminuir a sua fé, mas enriquecê-la e aprofundá-la. Permite-lhe ver a Igreja não como um clube exclusivo de eleitos, mas como a família de Deus para a qual toda a humanidade é convidada, independentemente de sua origem, cultura ou passado religioso. Dá-lhe as ferramentas intelectuais e espirituais para dialogar com respeito, humildade e inteligência com pessoas de outras crenças, sabendo discernir com sabedoria "os raios da verdade que iluminam todos os homens"⁴⁰⁹ e, ao mesmo tempo, dar testemunho vivo daquilo que recebeu: o dom inefável de conhecer a Deus como Pai amoroso, por Jesus Cristo, no amor transformador do Espírito Santo. Essa compreensão não leva ao relativismo, mas a uma convicção ainda mais profunda de que a verdade revelada em Cristo é a plenitude daquilo que a humanidade sempre buscou.

⁴⁰⁹ Concílio Vaticano II, *Declaração Nostra Aetate*, n. 2.

A história das religiões é, por fim, a longa preparação para o Evangelho, a boa notícia de que a Busca acabou, porque o Procurado Se revelou. Não como uma verdade abstrata ou uma lei impessoal, mas como uma Pessoa que nos conhece pelo nome, que sofreu por nós, que ressuscitou para nos dar a vida eterna e que continua presente em Sua Igreja, alimentando-nos com Seu Corpo e Sangue, guiando-nos pelo Seu Espírito e nos chamando a ser sinais vivos de Seu Reino de justiça, paz e amor.

Questões para aprofundamento

1. Como a busca universal pelo transcendente, manifestada em todas as culturas humanas, se relaciona com o conceito católico de *Capax Dei*?
2. Quais são as principais diferenças teológicas e práticas entre o panteísmo, o politeísmo e o monoteísmo, e como essas visões de mundo moldaram as civilizações que as adotaram?
3. Como o conceito hindu de Moksha (libertação do ciclo de Samsara) e a busca pela união com o Brahman representam uma resposta particular ao problema do sofrimento humano?
4. De que forma os ensinamentos de Buda sobre as Quatro Nobres Verdades e o Nobre Caminho Óctuplo diferem fundamentalmente da soteriologia cristã (doutrina da salvação)?
5. Quais são as principais diferenças teológicas entre o Judaísmo e o Islamismo, apesar de ambos compartilharem a herança abraâmica e a crença no monoteísmo?
6. Como a figura de Abraão funciona como elo comum entre o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, apesar das diferenças teológicas significativas entre essas três religiões?
7. Como a Eucaristia, enquanto sacramento central do Cristianismo que torna presente o Corpo e Sangue de Cristo, expressa a compreensão católica singular sobre este sacramento, diferenciando-se de outras tradições religiosas?
8. Quais foram as causas teológicas, culturais e políticas mais profundas que levaram ao Grande Cisma do Oriente em 1054 e como essas divisões permanecem relevantes para o diálogo ecumênico contemporâneo?
9. Como a Reforma Protestante de 1517, embora tenha levantado críticas legítimas sobre abusos de membros da Igreja, resultou em uma fragmentação que contradiz o mandato de unidade deixado por Jesus?
10. Qual foi o papel do Concílio de Trento na resposta da Igreja Católica aos desafios da Reforma Protestante e como suas decisões moldaram a identidade católica por séculos?
11. Como o Iluminismo e a Revolução Científica desafiaram a Igreja Católica a aprofundar sua relação com a razão, a autoridade e o papel da fé em uma sociedade cada vez mais secularizada?

12. De que forma o Concílio Vaticano II representou um "aggiornamento" (atualização) da Igreja, e como esse concílio reposicionou a Igreja Católica em relação ao mundo moderno e às outras tradições cristãs?
13. Qual é a diferença fundamental entre o ecumenismo (busca de unidade entre cristãos) e o diálogo inter-religioso (busca de compreensão com outras religiões), e qual é o objetivo final de cada um?
14. Como a Igreja Católica equilibra a convicção de ser a depositária da plenitude da fé apostólica com o reconhecimento de "elementos de santificação e verdade" presentes em outras comunidades cristãs e religiões?
15. Quais são os principais desafios que a Igreja Católica enfrenta no terceiro milênio e qual é o papel crucial dos leigos na renovação evangelizadora e na missão da Igreja em um mundo globalizado e secularizado?

BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, Karen. *Buda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ARMSTRONG, Karen. *Maomé: Uma Biografia do Profeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ARMSTRONG, Karen. *Uma Breve História do Mito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BÍBLIA SAGRADA. Edição da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

BENTO XVI, Papa. *Deus Caritas Est*. Encíclica. São Paulo: Paulinas, 2005.

BENTO XVI, Papa. *Jesus de Nazaré: da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*. Volume II. Tradução de Cristiane Murray Murakawa. São Paulo: Planeta, 2011.

BENTO XVI, Papa. *Spe Salvi*. Encíclica. São Paulo: Paulinas, 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos Conciliares*. São Paulo: Paulus, 2002. (Constituições, Decretos e Declarações).

DANIEL-ROPS, Henri. *História da Igreja*. Volume 1: A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires. Tradução de Cristiane Murray Murakawa. São Paulo: Quadrante, 1995.

DANIEL-ROPS, Henri. *História da Igreja*. Volume 2: A Igreja da Renascença e da Reforma. Tradução de Cristiane Murray Murakawa. São Paulo: Quadrante, 1996.

ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Ideias Religiosas*. Vol. I: Da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis. Tradução de Javier Fernández. São Paulo: Zahar, 1978.

ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*. Exortação Apostólica. São Paulo: Paulinas, 2013.

JOÃO PAULO II, Papa. *Ecclesia de Eucharistia*. Encíclica. São Paulo: Paulinas, 2003.

JOÃO PAULO II, Papa. *Fides et Ratio*. Encíclica. São Paulo: Paulinas, 1998.

JOHNSON, Paul. *História dos Judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

PADRES APOSTÓLICOS E APOLOGISTAS. *Coleção Patrística*. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 2005.

MCGRATH, Alister E. *Teologia Histórica: Uma Introdução à História do Pensamento Cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

SCHIMMEL, Annemarie. *O Islã e as Maravilhas da Criação*. São Paulo: Perspectiva, 2006.